

Relatório e contas

Primeiro semestre _ 2006

Portugal Telecom, SGPS, S.A.

Relatório e contas

Primeiro semestre _ 2006

Relatório de gestão	2
Introdução	2
Síntese da actividade	3
Informações legais	3
Eventos do semestre e desenvolvimentos recentes	3
 Demonstrações financeiras	 7
 Certificação legal das contas	 57
 Relatório dos auditores	 61

Relatório de gestão

Introdução

O relatório de gestão relativo à actividade consolidada da Portugal Telecom, SGPS, S.A. faz ampla referência a todos os aspectos relativos à evolução dos vários negócios desenvolvidos pelas diferentes empresas do Grupo durante o semestre findo em 30 de Junho de 2006, pelo que, sobre essas matérias, nos permitimos remeter os Senhores Accionistas para a leitura do mesmo.

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as políticas contabilísticas geralmente aceites em Portugal ("PGAAP"), ao invés das demonstrações financeiras consolidadas que foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adoptadas pela União Europeia ("IFRS"), conforme normativo aplicável às empresas cotadas em bolsas de valores da União Europeia. A reconciliação do valor do capital próprio em 30 de Junho de 2006 e do resultado líquido do semestre findo nessa data, atribuível aos accionistas da Empresa, entre as demonstrações financeiras individuais (em PGAAP) e as consolidadas (em IFRS) é conforme segue:

	Resultado líquido	Capital próprio
Em PGAAP	347.576.794	2.930.546.649
Benefícios de reforma (IAS 19)	43.253.253	(1.007.678.129)
Amortização de goodwill e licenças (IAS 36 e 38)	36.283.585	111.106.740
Instrumentos financeiros (IAS 32 e 39)	(28.593.398)	(173.355.593)
Despesas de instalação e investigação e desenvolvimento (IAS 38)	4.275.736	(8.710.957)
Empréstimos por obrigações convertíveis (IAS 32 e 39)	1.346.494	1.346.494
Transações de sale and lease back (IAS 17)	(808.052)	(40.047.228)
Alocação do goodwill gerado na aquisição de empresas (IFRS 3)	(795.712)	(3.196.071)
Provisão para reestruturação (IAS 37)	(783.701)	1.779.712
Desmantelamento e remoção de activos (IAS 16)	(589.100)	(22.228.856)
Reconhecimento da receita (IAS 18)	344.002	(642.774)
Custos diferidos (IAS 38)	26.726	(485.889)
Em IFRS	401.536.627	1.788.434.098

Síntese da actividade

O volume de negócios da sociedade, em termos individuais, advém exclusivamente da prestação de serviços de gestão às empresas do Grupo, tendo-se cifrado, no primeiro semestre de 2006, em cerca de 2 milhões de euros.

Informações legais

- Não existem quaisquer dívidas em mora ao Estado Português e à Segurança Social.
- Não foram celebrados negócios ou operações que sejam de considerar significativos em termos económicos por quaisquer das partes envolvidas, entre a Sociedade e os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização.

Eventos do semestre e desenvolvimentos recentes

Os eventos do semestre e desenvolvimentos recentes encontram-se descritos no relatório de gestão do relatório e contas consolidadas da Portugal Telecom, SGPS, S.A.

Lisboa, 13 de Setembro de 2006.

O Conselho de Administração

Henrique Granadeiro

Zeinal Bava

Rodrigo Costa

Luís Pacheco Melo

João Pedro Baptista

António Caria

Rui Pedro Soares

Franquelim Alves

António Viana-Baptista

Fernando Soares Carneiro

Luís de Azevedo Coutinho

João Mello Franco

Joaquim Goes

Fernando Abril-Martorell

Gerald McGowan



Amílcar de Morais Pires

Francisco Pereira Soares

Jorge Tomé

Armando Vara

Thomaz Paes de Vasconcellos

Nuno de Almeida e Vasconcellos



Demonstrações financeiras

PORUTGAL TELECOM, SGPS, S.A.

BALANÇOS EM 30 DE JUNHO DE 2006 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005
 (Montantes expressos em Euros)

Activo	Notas	2006			2005	
		Activo bruto	Amortizações e ajustamentos	Activo líquido	Activo líquido	
IMOBILIZADO:						
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de Investigação e desenvolvimento	10	7.101.009	(3.309.149)	3.791.860	4.823.747	
Propriedade industrial e outros direitos	10	626.704	(256.651)	370.053	378.608	
Trespasses	9,10	567.083.935	(120.713.061)	446.370.874	463.053.414	
Imobilizações em curso	10	-	-	-	185.000	
		<u>574.811.648</u>	<u>(124.278.861)</u>	<u>450.532.787</u>	<u>468.440.769</u>	
Imobilizações corpóreas:						
Edifícios e outras construções	10	40.000	(4.389)	35.611	39.800	
Equipamento de transporte	10	2.977.137	(1.783.132)	1.194.005	1.376.329	
Ferramentas e utensílios	10	574	(574)	-	-	
Equipamento administrativo	10	3.458.781	(2.318.471)	1.140.310	1.327.641	
Outras imobilizações corpóreas	10	1.151.682	(158.174)	993.508	1.002.093	
Imobilizações em curso	10	19.954	-	19.954	-	
		<u>7.648.128</u>	<u>(4.264.740)</u>	<u>3.383.388</u>	<u>3.745.863</u>	
Investimentos financeiros:						
Partes de capital em empresas do grupo	10,16	1.920.852.489	-	1.920.852.489	2.206.735.390	
Empréstimos a empresas do grupo	10,16	2.460.627.147	-	2.460.627.147	2.817.194.727	
Partes de capital em empresas associadas	10,16	39.280.021	-	39.280.021	39.816.078	
Empréstimos a empresas associadas	10,16	35.318.668	-	35.318.668	30.793.746	
Partes de capital em outras empresas	10,16	80.298.048	(2.835.192)	77.462.856	56.803.537	
Outros empréstimos concedidos	10,16	3.574.300	(3.292.066)	282.234	282.234	
Títulos e outras aplicações financeiras	10	-	-	-	2.655.000	
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	10,16	1.350.000	-	1.350.000	1.350.000	
		<u>4.541.300.673</u>	<u>(6.127.258)</u>	<u>4.535.173.415</u>	<u>5.155.630.712</u>	
CIRCULANTE:						
Dívidas de terceiros - curto prazo:						
Empresas do grupo	16	641.188.751	-	641.188.751	275.633.074	
Empresas participadas e participantes		6.396.636	-	6.396.636	6.396.636	
Adiantamentos a fornecedores		290.014	-	290.014	99.527	
Estado e outros entes públicos	49	15.091.409	-	15.091.409	10.704.434	
Outros devedores		4.764.231	-	4.764.231	5.244.185	
		<u>667.731.041</u>	<u>-</u>	<u>667.731.041</u>	<u>298.077.856</u>	
Títulos negociáveis:						
Outros títulos negociáveis	51,55	435.585.765	-	435.585.765	420.057.134	
Outras aplicações de tesouraria	51,55	112.070.357	-	112.070.357	1.073.113.162	
		<u>547.656.122</u>	<u>-</u>	<u>547.656.122</u>	<u>1.493.170.296</u>	
Depósitos bancários e caixa:						
Depósitos bancários	55	13.595.189	-	13.595.189	98.512.496	
Caixa	55	20.000	-	20.000	20.000	
		<u>13.615.189</u>	<u>-</u>	<u>13.615.189</u>	<u>98.532.496</u>	
Acréscimos e diferimentos:						
Acréscimos de proveitos	52	5.820.691	-	5.820.691	16.450.542	
Custos diferidos	52	2.885.985	-	2.885.985	2.941.142	
Activos por impostos diferidos	6	25.096.339	-	25.096.339	161.895.276	
		<u>33.803.015</u>	<u>-</u>	<u>33.803.015</u>	<u>181.286.960</u>	
			<u>(128.543.601)</u>			
			<u>(6.127.258)</u>			
Total do activo		<u>6.386.565.816</u>	<u>(134.670.859)</u>	<u>6.251.894.957</u>	<u>7.698.884.952</u>	

O anexo faz parte integrante do balanço em 30 de Junho de 2006.

PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.

BALANÇOS EM 30 DE JUNHO DE 2006 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005
 (Montantes expressos em Euros)

Capital Próprio e Passivo	Notas	2006	2005
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital	35,36,40 e 56	1.467.513.450	1.128.856.500
Prémios de emissão de acções	40	-	91.704.891
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	40	863.260.898	881.218.517
Reservas:			
Reserva legal	40	82.706.881	179.229.361
Outras reservas	40	5.843.644	131.272.144
Resultados transitados	40	163.644.982	238.974.490
		2.582.969.855	2.651.255.903
Resultado líquido do semestre/exercício	40	347.576.794	500.021.577
Total do capital próprio		<u>2.930.546.649</u>	<u>3.151.277.480</u>
PASSIVO:			
Provisões :			
Provisões para impostos	34	6.273.591	5.012.148
Outras provisões	34	<u>511.471.946</u>	<u>860.737.818</u>
		<u>517.745.537</u>	<u>865.749.966</u>
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo:			
Dívidas a instituições de crédito	48	684.348.580	714.738.150
Outros empréstimos obtidos	48	694.000.000	1.199.553.000
Fornecedores de imobilizado - conta corrente	15	711.700	715.994
		<u>1.379.060.280</u>	<u>1.915.007.144</u>
Dívidas a terceiros - curto prazo:			
Empréstimos por obrigações convertíveis	48	390.335.000	390.335.000
Dívidas a instituições de crédito	48	78.465.415	80.279.225
Outros empréstimos obtidos	48	424.756.355	574.774.497
Fornecedores - conta corrente		12.223.161	13.366.594
Fornecedores - facturas em recepção e conferência		214.816	188.350
Empresas do grupo	16	389.128.126	349.291.440
Empresas participadas e participantes		5.068.552	5.068.552
Outros accionistas		645.428	625.370
Fornecedores de imobilizado - conta corrente	15	720.787	753.365
Estado e outros entes públicos	49	37.511.284	1.741.323
Outros credores		2.496.811	9.019.515
		<u>1.341.565.735</u>	<u>1.425.443.231</u>
Acréscimos e diferimentos:			
Acréscimos de custos	52	74.488.702	66.417.124
Proveitos diferidos	52	2.191.374	902.266
Passivos por impostos diferidos	6	6.296.680	274.087.741
		<u>82.976.756</u>	<u>341.407.131</u>
Total do passivo		<u>3.321.348.308</u>	<u>4.547.607.472</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>6.251.894.957</u>	<u>7.698.884.952</u>

O anexo faz parte integrante do balanço em 30 de Junho de 2006.

[O Técnico Oficial de Contas](#)

[O Conselho de Administração](#)

PORUTGAL TELECOM, SGPS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS SEMESTRES FINDOS
EM 30 DE JUNHO DE 2006 E 2005
(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2006	2005
CUSTOS E PERDAS			
Fornecimentos e serviços externos		12.984.644	12.861.820
Custos com o pessoal:			
Remunerações	22.893.159	11.413.057	
Encargos sociais:			
Pensões	273.659	306.848	
Outros	<u>1.176.499</u>	<u>24.343.317</u>	<u>1.448.747</u>
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	10	1.986.352	1.231.458
Provisões	34	<u>1.360.059</u>	<u>3.346.411</u>
Impostos		3.702.161	1.586.459
Outros custos e perdas operacionais		<u>161.396</u>	<u>374.783</u>
(A)		<u>44.537.929</u>	<u>29.223.172</u>
Amortizações e ajustamentos de investimentos financeiros	45	16.061.879	18.744.920
Perdas em empresas do grupo e associadas	45	30.878.615	35.229.191
Juros e custos similares:			
Relativos a empresas do grupo		8.069.245	3.687.098
Outros	45	<u>58.516.829</u>	<u>113.526.568</u>
(C)		<u>158.064.497</u>	<u>58.766.414</u>
Custos e perdas extraordinários	46	<u>140.851.797</u>	<u>4.137.757</u>
(E)		<u>298.916.294</u>	<u>149.788.552</u>
Imposto sobre o rendimento do semestre	6	<u>(320.758.879)</u>	<u>(1.276.532)</u>
(G)		<u>(21.842.585)</u>	<u>148.512.020</u>
Resultado líquido do semestre		<u>347.576.794</u>	<u>212.080.961</u>
		<u>325.734.209</u>	<u>360.592.981</u>
PROVEITOS E GANHOS			
Prestações de serviços		2.225.639	2.569.083
Proveitos suplementares		<u>56.396</u>	<u>244.564</u>
(B)		<u>2.282.035</u>	<u>2.813.647</u>
Rendimentos de participações de capital	45	1.357.000	2.059.386
Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras:		-	20.819.101
Ganhos em empresas do grupo e associadas	45	256.930.971	271.884.280
Outros juros e proveitos similares:			
Relativos a empresas do grupo		8.194.546	5.319.497
Outros	45	<u>55.764.256</u>	<u>322.246.773</u>
(D)		<u>324.528.808</u>	<u>57.674.358</u>
Proveitos e ganhos extraordinários	46	<u>1.205.401</u>	<u>357.756.622</u>
(F)		<u>325.734.209</u>	<u>360.592.981</u>
Resultados operacionais:		(B) - (A)	(26.409.525)
Resultados financeiros:		(D-B) - (C-A)	241.328.999
Resultados correntes:		(D) - (C)	214.919.474
Resultados antes de impostos:		(F) - (E)	210.804.429
Resultado líquido do semestre:		(F) - (C)	212.080.961

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas para o semestre findo em 30 de Junho de 2006.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES PARA OS SEMESTRES FINDOS
EM 30 JUNHO DE 2006 E 2005**

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Nota</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Prestações de serviços	54.a)	2.225.639	2.569.083
Custo das prestações de serviços	54.b)	<u>(38.657.693)</u>	<u>(28.977.310)</u>
Resultados Brutos		(36.432.054)	(26.408.227)
Outros proveitos e ganhos operacionais		786	244.564
Custos administrativos		(1.064.494)	(1.819.809)
Outros custos e perdas operacionais	54.c)	<u>(20.196.888)</u>	<u>(1.241.855)</u>
Resultados operacionais		(57.692.650)	(29.225.327)
Custo líquido de financiamento	54.d)	(2.981.807)	22.521.446
Ganhos em filiais e associadas, líquidos	54.e)	205.035.038	209.652.109
Perdas em outros investimentos, líquidas		<u>(619.737)</u>	<u>(868.883)</u>
Resultados correntes		143.740.844	202.079.345
Impostos sobre os resultados correntes	54.f)	<u>203.835.950</u>	<u>10.001.616</u>
Resultado líquido do semestre		<u>347.576.794</u>	<u>212.080.961</u>
Resultado por acção		<u>0,24</u>	<u>0,18</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por funções para o semestre findo em 30 de Junho de 2006.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

PORUTGAL TELECOM, SGPS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2006 E 2005

(Montantes expressos em Euros)

	Nota	2006	2005
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Pagamentos a fornecedores		(11.423.884)	(31.682.299)
Pagamentos ao pessoal		(27.522.696)	(8.178.216)
Fluxo gerado pelas operações		<u>(38.946.580)</u>	<u>(39.860.515)</u>
Recebimentos/(pagamentos) do imposto sobre o rendimento		36.165.597	34.929.005
Outros (pagamentos) / recebimentos relativos à actividade operacional		<u>(3.749.185)</u>	<u>12.278.795</u>
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u><u>(6.530.168)</u></u>	<u><u>7.347.285</u></u>
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	55.a)	244.066.925	251.056.441
Juros e proveitos similares		22.392.238	31.732.602
Dividendos	55.b)	430.401.218	331.885.298
Outros	55.c)	<u>35.792.635</u>	<u>40.060.638</u>
		<u><u>732.653.016</u></u>	<u><u>654.734.979</u></u>
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	55.d)	(520.077.675)	(707.030.869)
Imobilizações Corpóreas		(728.873)	-
Imobilizações Incorpóreas		(223.966)	-
Outros	55.e)	<u>(7.071.263)</u>	<u>-</u>
		<u><u>(528.101.777)</u></u>	<u><u>(707.030.869)</u></u>
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u><u>204.551.239</u></u>	<u><u>(52.295.890)</u></u>
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	55.f)	9.879.588.412	18.515.701.201
Outros		<u>9.804.000</u>	<u>-</u>
		<u><u>9.889.392.412</u></u>	<u><u>18.515.701.201</u></u>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	55.g)	(10.525.793.768)	(17.537.131.651)
Juros e custos similares		(48.792.985)	(51.273.708)
Dividendos	40	(536.206.837)	(395.085.000)
Aquisição de accões próprias		(5.046.222)	(340.455.888)
Outros		(3.449.706)	-
		<u><u>(11.119.289.517)</u></u>	<u><u>(18.323.946.247)</u></u>
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u><u>(1.229.897.105)</u></u>	<u><u>191.754.954</u></u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(1.031.876.034)	146.806.349
Efeito das diferenças de câmbio		1.444.553	(1.352.200)
Caixa e seus equivalentes no início do semestre	55.h)	1.591.702.792	1.359.452.130
Caixa e seus equivalentes no fim do semestre	55.h)	<u>561.271.311</u>	<u>1.504.906.279</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o semestre findo em 30 de junho de 2006.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

PORTRUGAL TELECOM, SGPS, S.A.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2006**

(Montantes expressos em Euros)

Nota Introdutória

A Portugal Telecom, SGPS, S.A. ("Portugal Telecom" ou "Empresa") e as suas empresas subsidiárias e associadas (Nota 16), que integram o seu universo empresarial ("Grupo Portugal Telecom" ou "Grupo"), operam essencialmente no sector das telecomunicações e multimédia, em Portugal e no estrangeiro.

Estas demonstrações financeiras referem-se à Empresa em termos individuais, tendo os investimentos financeiros sido registados pelo método da equivalência patrimonial, tal como explicado na Nota 3.c). A Empresa irá preparar e apresentar em separado demonstrações financeiras consolidadas nas quais vão ser incluídas as demonstrações financeiras das empresas em que participa maioritariamente ou detém o controlo de gestão. Assim, nestas demonstrações financeiras individuais foram considerados nos capitais próprios em 30 de Junho de 2006 e no resultado líquido do semestre findo nessa data, o efeito da consolidação dos capitais próprios e dos resultados das empresas participadas, com base nas respectivas demonstrações financeiras, mas não o efeito da consolidação integral a nível de activos, passivos, custos e proveitos.

Na elaboração das suas demonstrações financeiras consolidadas , a Portugal Telecom adoptou em 2005 os IFRS – International Financial Reporting Standards tal como adoptados pela União Europeia. Por esta razão, os capitais próprios em 30 de Junho de 2006 e em 31 de Dezembro de 2005, bem como os resultados dos semestres findos a 30 de Junho de 2006 e 2005, que constam nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Portugal Telecom diferem dos valores apresentados nas demonstrações financeiras individuais.

a) Detentores do capital

Em resultado das cinco operações de privatização iniciadas em 1 de Junho de 1995 e terminadas em 4 de Dezembro de 2000, o capital da Portugal Telecom é detido maioritariamente por accionistas privados. Em 30 de Junho de 2006, o Estado Português e as entidades por si controladas detêm 7,14% do capital da Portugal Telecom, detendo igualmente 500 acções de Categoria A (Nota 36), que lhes conferem direitos especiais.

b) Acções cotadas

As acções da Portugal Telecom encontram-se cotadas na Euronext e na *NYSE - New York Stock Exchange*.

3. Bases de Apresentação e Principais Critérios Valorimétricos Utilizados

As demonstrações financeiras individuais da Portugal Telecom encontram-se elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos definidos no Plano Oficial de Contabilidade (POC) e demais legislação portuguesa, sendo supletivamente aplicadas as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS" ou "IFRS"); estas demonstrações financeiras foram preparadas atendendo à convenção do custo histórico, em conformidade com os princípios contabilísticos da prudência, da continuidade, da especialização dos exercícios, da consistência, da materialidade e da substância sobre a forma.

As notas deste anexo seguem a numeração definida no POC para a apresentação de demonstrações financeiras individuais. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Empresa, ou a sua apresentação não se considera relevante para a leitura das demonstrações financeiras individuais.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras individuais foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas são constituídas essencialmente por trespasses decorrentes de aquisições de partes de capital em empresas do grupo e associadas (goodwill) e são amortizadas de acordo com os critérios indicados na Nota 9.

b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição e são amortizadas de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, a partir do mês de início de utilização dos bens ou da sua entrada em funcionamento.

As taxas de amortização praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5
Equipamento de transporte	4
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento administrativo	3 – 8
Outras imobilizações corpóreas	3 – 8

c) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição. A diferença entre o custo de aquisição e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, à data de aquisição, é registada como *trespasse (goodwill)* na rubrica “Imobilizações incorpóreas”, caso a diferença seja positiva, ou em capitais próprios, na rubrica “Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas”, caso a diferença seja negativa.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação da Empresa nos resultados líquidos ou em outras variações nos capitais próprios das empresas do grupo e associadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do período ou de ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas, respectivamente. Os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros. Adicionalmente, as responsabilidades da Empresa decorrentes de empresas participadas com capitais próprios negativos são registadas na rubrica de provisões (Nota 34).

As mais-valias decorrentes da alienação de empresas participadas efectuadas dentro do Grupo são diferidas ou anuladas até ao momento da sua alienação a terceiros. No caso de anulação das mais-valias, o efeito dessa anulação é registado em resultados financeiros na correspondente rubrica de “Ganhos ou perdas em empresas do grupo e associadas”.

As prestações acessórias e os empréstimos de financiamento concedidos a empresas do grupo e associadas são registados ao valor nominal, diminuídos por ajustamentos para perdas estimadas, quando se antecipa a existência de perdas de valor desses empréstimos.

Os investimentos financeiros noutras empresas (participações inferiores a 20%) encontram-se registados ao custo de aquisição ou ao valor nominal, para o caso dos empréstimos concedidos, diminuídos por ajustamentos para perdas estimadas, quando se antecipa a existência de perdas de valor desses investimentos financeiros.

d) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos segundo contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, encontram-se reflectidos no balanço, sendo amortizados de acordo com as vidas úteis referidas na Nota 3.b). As rendas relativas aos contratos de locação financeira são registadas como redução daquelas responsabilidades, na componente de capital, e como custos financeiros, na componente de juros (Nota 15).

e) Especialização dos exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas ou incorridas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

f) Classificação do balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data do balanço são classificados, respectivamente, no activo e no passivo a médio e longo prazo.

g) Férias e subsídios de férias e de Natal

Os encargos com férias e subsídios de férias e de Natal e correspondentes encargos patronais são registados como custo do período em que os empregados adquirem o direito ao seu recebimento. Em consequência, as responsabilidades com férias e subsídios de férias e de Natal e correspondentes encargos vencidos e não pagos à data do balanço, foram estimados e incluídos na rubrica "Acréscimos de custos" (Nota 52).

h) Impostos sobre o rendimento

Desde o exercício de 2000, a Portugal Telecom encontra-se abrangida pelo regime de tributação pelo lucro consolidado (actualmente designado por regime especial de tributação de grupos de sociedades), o qual abrange todas as empresas em que participa, directa ou indirectamente, em pelo menos 90% do respectivo capital e que, simultaneamente, são residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). O eventual ganho gerado pela adopção deste regime é registado em resultados do período na rubrica "Ganhos em empresas do grupo e associadas" (Nota 45.d)).

As empresas participadas que não se encontram abrangidas pelo regime especial de tributação de grupos de sociedades, são tributadas individualmente, com base nas respectivas matérias colectáveis e às taxas de imposto aplicáveis.

O imposto sobre o rendimento do exercício é apurado de acordo com o preconizado pela Directriz Contabilística n.º 28. Na mensuração do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do período, para além do imposto corrente, calculado em termos consolidados para o universo das empresas do Grupo

abrangidas por esse regime, foram também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados antes de impostos e o lucro tributável, originadas no período ou decorrentes de exercícios anteriores, bem como o efeito dos prejuízos fiscais reportáveis existentes à data do balanço.

Tal como estabelecido na referida Directriz, são reconhecidos activos por impostos diferidos apenas quando exista razoável segurança de que tais impostos diferidos activos poderão vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro, ou quando existam passivos por impostos diferidos cuja reversão seja expectável no mesmo exercício em que os impostos diferidos activos sejam revertidos.

O montante de imposto a incluir quer no imposto corrente, quer no imposto diferido, que resulte de transacções ou eventos reconhecidos directamente em reservas ou resultados transitados, é registado directamente nestas mesmas rubricas, não afectando o resultado do período (Nota 6).

À data a que se reporta o balanço, os impostos diferidos são actualizados por alterações na taxa de tributação que se espera vir a estar em vigor à data da sua reversão, bem como por outras eventuais alterações da legislação fiscal relevante.

i) Títulos negociáveis e outras aplicações de tesouraria

Os títulos negociáveis e as outras aplicações de tesouraria (constituídas por aplicações de tesouraria de curto prazo) encontram-se registados ao mais baixo do custo de aquisição ou do valor de mercado.

j) Saldos e transacções em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira, para os quais não há acordos de fixação de câmbio, foram convertidos para Euros às taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, que resultam da comparação entre as taxas de câmbio em vigor na data das operações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, foram registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados.

Para efeitos da aplicação do método de equivalência patrimonial, a conversão de demonstrações financeiras de empresas do grupo e associadas expressas em moeda estrangeira é efectuada considerando as seguintes taxas de câmbio:

- taxa de câmbio vigente à data do balanço, para a conversão dos activos e passivos;
- taxa de câmbio média do período, para a conversão da demonstração dos resultados;
- taxas de câmbio históricas, para a conversão das rubricas do capital próprio;
- taxa de câmbio média do período, para a conversão da demonstração de fluxos de caixa;

As diferenças de câmbio originadas na conversão para Euros de demonstrações financeiras de empresas do grupo e associadas expressas em moeda estrangeira foram incluídas no capital próprio, na rubrica "Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas".

I) Instrumentos financeiros e gestão de risco

Os instrumentos financeiros incluem essencialmente operações de *swap* de taxa de juro e de taxa de câmbio sobre empréstimos, para reduzir o risco de alterações nas taxas de juro e nas taxas de câmbio, na prossecução da política de cobertura da exposição a evoluções na taxa de juro e de cobertura de passivos em moeda estrangeira. Com este último objectivo, são igualmente contratadas operações de *forward* e opções cambiais (Nota 53).

Os ganhos ou perdas decorrentes de instrumentos derivados que estejam a cobrir os riscos acima mencionados de determinados activos ou passivos, são registados em resultados de forma simétrica às perdas e ganhos associados aos activos ou passivos relacionados. Caso os instrumentos derivados não estejam a reduzir os riscos definidos, ou não estejam relacionados com nenhum risco específico, os mesmos são registados ao seu *fair value* na data do balanço, sendo os ganhos e perdas decorrentes da variação de valor ao longo do tempo registados em resultados.

Os prémios recebidos ou pagos, bem como os encargos com estas operações, são reconhecidos durante o período de vigência das mesmas.

4. Cotações Utilizadas para Conversão de saldos em Moeda Estrangeira

Em 30 de Junho de 2006, os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros com base nas seguintes taxas de câmbio de tais moedas relativamente ao Euro, divulgadas pelo Banco de Portugal:

Designação	Código	Cotação
Dólar Americano	USD	1,2713
Libra Esterlina	GBP	0,6921
Real Brasileiro	BRL	2,7829

6. Impostos e Taxas

- (a) A Empresa encontra-se sujeita a imposto sobre o rendimento em sede de IRC, à taxa normal de 25%, acrescida de Derrama à taxa de 10%, resultando numa taxa de imposto agregada de 27,5%.

No semestre findo em 30 de Junho de 2006, a matéria colectável da Empresa foi estimada de acordo com o regime especial de tributação dos grupos de sociedades ("RETGS" ou "consolidação fiscal"), abrangendo as seguintes empresas participadas: PT Comunicações, S.A. ("PT Comunicações"); TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A. ("TMN"); PT Contact – Telemarketing e Serviços de Informação, S.A.; Regiforum – Empreendimentos Comerciais e Culturais, Lda.; Simarc – Promoções Imobiliárias, S.A. ("Simarc"); PT Ventures, SGPS, S.A. ("PT Ventures"); PT Inovação, S.A. ("PT Inovação"); Telemática – Consultores de Telecomunicações e Informática, Lda.; Directel – Listas Telefónicas Internacionais, Lda.; PT Móveis, SGPS, S.A. ("PT Móveis"); PT Pro - Serviços Administrativos e de Gestão Partilhados, S.A. ("PT Pro"); PT Meios – Serviços de Publicidade e Marketing, S.A. ("PT Meios"); PT-Sistemas de Informação, S.A. ("PT SI"); PT Compras - Serviços de Consultoria e Negociação ,S.A. ("PT Compras"); PT Corporate - Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, S.A. ("PT Corporate"); PT Acessos de Internet Wi-Fi, S.A. ("PT Wi- FI"); PT Investimentos Internacionais – Consultoria Internacional, S.A. ("PT II"); PT Prestações – Mandatária de Aquisições e Gestão de Bens, S.A. ("PT Prestações"); PT.com – Comunicações Interactivas, S.A. ("PT.com"); PT Portugal, SGPS, S.A. ("PT Portugal"); PT Rede Fixa, SGPS, S.A. ("PT Rede Fixa"); PT Centro Corporativo, S.A. ("PT Centro Corporativo"); Web-Lab, SGPS, S.A. ("Web-Lab"); e Infonet, S.A. ("Infonet").

- (b) De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social, sendo que para as quotizações e contribuições relativas a exercícios anteriores a 2001 o prazo era de dez anos). O Conselho de Administração da Empresa, suportado nas informações dos seus serviços de assessoria fiscal, entende que eventuais revisões e correcções dessas declarações fiscais não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2006, considerando as provisões constituídas e as expectativas de resolução das situações existentes à presente data.
- (c) Em sede de Imposto Sobre o Valor Acrescentado ("IVA"), a Empresa utiliza o método da afectação real e da percentagem de dedução para a determinação do imposto a deduzir.

(d) Em consequência da adopção da política contabilística de reconhecimento de impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre o resultado contabilístico e o fiscal, em 30 de Junho de 2006 foram reconhecidos activos e passivos por impostos diferidos nos montantes de, respectivamente, 25.096.339 Euros e 6.296.680 Euros. O detalhe dos saldos e movimentos ocorridos no semestre findo em 30 de Junho de 2006 foi o seguinte:

	Aumentos / (Reduções)				
	Saldo inicial	Utilização do crédito fiscal	Resultado Líquido	Capital Próprio	Saldo final
Activos por impostos diferidos					
Prejuízos fiscais reportáveis	123.966.424	(123.966.424)	-	-	-
Instrumentos financeiros	8.914.755	-	3.245.353	-	12.160.108
Outros	29.014.097	-	(16.254.880)	177.014	12.936.231
	161.895.276	(123.966.424)	(13.009.527)	177.014	25.096.339
Passivos por impostos diferidos					
Mais-valias fiscais com tributação suspensa	267.791.061	-	(267.791.061)	-	-
Outros	6.296.680	-	-	-	6.296.680
	274.087.741	-	(267.791.061)	-	6.296.680
	123.966.424	(254.781.534)	(177.014)		

No primeiro semestre de 2006, e de acordo com a legislação fiscal aplicável, a Empresa optou por tributar voluntariamente as mais-valias suspensas ao abrigo do regime de reinvestimento. Em resultado desta decisão, foram revertidos os impostos diferidos passivos no montante de Euro 267.791.061 e reconhecida uma insuficiência de estimativa de imposto no montante de Euro 125.818.532 (Nota 46), correspondente à parcela do imposto devido, a qual foi compensada pela utilização de prejuízos fiscais reportáveis, conforme acima indicado.

A reconciliação entre a taxa nominal de imposto e o imposto sobre o rendimento registado na demonstração dos resultados, é como segue:

Resultados antes de impostos	26.817.915
Taxa nominal de imposto	27,5%
Imposto esperado	7.374.927
Diferenças permanentes (a)	(23.166.149)
Reversão do imposto diferido sobre as mais-valias fiscais com tributação suspensa	(267.791.061)
Liquidão de uma empresa subsidiária	(53.342.681)
Outras diferenças temporárias	16.166.085
	(320.758.879)
O imposto sobre o rendimento tem a seguinte composição:	
Imposto corrente	(65.977.345)
Imposto diferido	(254.781.534)
	(320.758.879)

(a) As diferenças permanentes apresentam a seguinte composição:

Efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial (Notas 45.b) e d))	(218.765.644)
Insuficiência de estimativa de imposto (Nota 46)	122.843.853
Amortização do <i>goodwill</i> (Nota 45)	16.061.879
Poupança resultante da consolidação fiscal (Nota 45.d))	(7.286.712)
Outras	2.906.084
	<hr/>
Taxa nominal de imposto	(84.240.540)
	<hr/>
	27,5%
	<hr/>
	(23.166.149)
	<hr/>

7. Número Médio de Pessoal

No semestre findo em 30 de Junho de 2006, o número médio de pessoal ao serviço da Empresa, que em parte é cedido por empresas do grupo, é o seguinte:

Pessoal da Portugal Telecom:

Efectivos	93
Contratados a termo certo	4

Pessoal cedido por Empresas do Grupo:

Cedidos pela PT Comunicações	51
Cedidos por Outras Empresas	13
	<hr/>
	161
	<hr/>

As responsabilidades com pensões de reforma relativas a empregados cedidos por outras empresas do Grupo foram assumidas directamente pelas empresas cedentes, sendo o respectivo custo debitado à Portugal Telecom e incluído na rubrica "Custos com o pessoal".

9. Amortizações de Trespasses

Em 30 de Junho de 2006, a rubrica de trespasses (*goodwill*) tem a seguinte composição (Nota 10.a)):

	Valor bruto	Amortização Acumulada	Valor líquido
PT-Multimédia, SGPS, S.A. ("PT Multimédia")	199.585.520	47.885.760	151.699.760
PT.Com	173.465.618	32.524.803	140.940.815
Páginas Amarelas, S.A. ("Páginas Amarelas")	89.338.063	16.750.888	72.587.175
UOL	54.616.485	7.098.426	47.518.059
PT Prime	33.817.393	5.918.044	27.899.349
Web-Lab	8.179.594	2.453.878	5.725.716
PT SI	8.081.262	8.081.262	-
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	567.083.935	120.713.061	446.370.874

O *goodwill* decorrente das aquisições de investimentos financeiros é amortizado pelo método das quotas constantes no período esperado de recuperação do investimento, no máximo de 20 anos.

10. Activo Imobilizado

a) Imobilizações incorpóreas e corpóreas

Os movimentos ocorridos no semestre findo em 30 de Junho de 2006 no valor de custo das imobilizações incorpóreas e corpóreas, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, são os seguintes:

	Imobilizado bruto					
	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Actualização	Transferências e abates	Saldo final
				Cambial (Nota 40)		
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de investigação e desenvolvimento	6.973.398	127.611	-	-	-	7.101.009
Propriedade industrial e outros direitos	606.376	96.355	-	-	(76.027)	626.704
Trespasses (Nota 9)	567.858.200	-	-	(774.265)	-	567.083.935
Imobilizações incorpóreas em curso	185.000	-	-	-	(185.000)	-
	575.622.974	223.966	-	(774.265)	(261.027)	574.811.648
Imobilizações corpóreas:						
Edifícios e outras construções	40.000	-	-	-	-	40.000
Equipamento de transporte	3.212.961	338.393	(178.551)	-	(395.666)	2.977.137
Ferramentas e utensílios	574	-	-	-	-	574
Equipamento administrativo	3.284.727	178.659	-	-	(4.605)	3.458.781
Outras imobilizações corpóreas	1.137.722	13.960	-	-	-	1.151.682
Imobilizações corpóreas em curso	-	19.954	-	-	-	19.954
	7.675.984	550.966	(178.551)	-	(400.271)	7.648.128
Amortizações acumuladas						
	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Actualização	Transferências e abates	Saldo final
				Cambial (Nota 40)		
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de investigação e desenvolvimento	2.149.651	1.159.498	-	-	-	3.309.149
Propriedade industrial e outros direitos	227.768	104.909	-	-	(76.026)	256.651
Trespasses (Notas 9 e 45)	104.804.786	16.061.879	-	(153.604)	-	120.713.061
	107.182.205	17.326.286	-	(153.604)	(76.026)	124.278.861
Imobilizações corpóreas:						
Edifícios e outras construções	200	4.189	-	-	-	4.389
Equipamento de transporte	1.836.632	329.714	(154.473)	-	(228.741)	1.783.132
Ferramentas e utensílios	574	-	-	-	-	574
Equipamento administrativo	1.957.086	365.497	-	-	(4.112)	2.318.471
Outras imobilizações corpóreas	135.629	22.545	-	-	-	158.174
	3.930.121	721.945	(154.473)	-	(232.853)	4.264.740

b) Investimentos financeiros

Os movimentos ocorridos nas rubricas de investimentos financeiros, no semestre findo em 30 de Junho de 2006, foram os seguintes:

	Aplicação Saldo inicial	Distribuição da equivalência patrimonial (i)	Aumentos de dividendos e reservas (ii)	Ajustamentos / (iii)	Reduções (v)	Liquidação (vi)	Saldo final	
Partes de capital em empresas do grupo	2.206.735.390	191.572.007	(426.769.651)	150.000	-	(50.835.257)	-	1.920.852.489
Empréstimos a empresas do grupo	2.817.194.727	-	-	29.500.000	98.046	(21.436.021)	(364.729.606)	2.460.627.147
Partes de capital em empresas associadas	39.816.078	1.738.500	(2.274.567)	-	10	-	-	39.280.021
Empréstimos a empresas associadas	35.318.668	-	-	-	-	-	-	35.318.668
Partes de capital em outras empresas	58.798.730	-	-	19.320.000	-	-	2.179.318	80.298.048
Outros empréstimos concedidos	3.574.300	-	-	-	-	-	-	3.574.300
Títulos e outras aplicações financeiras	2.655.000	-	-	810.000	(1.136.737)	(2.328.263)	-	-
Adiantamento por conta de investimentos	1.350.000	-	-	-	-	-	-	1.350.000
	5.165.442.893	193.310.507	(429.044.218)	49.780.000	(1.038.681)	(75.736.275)	(362.550.288)	4.541.300.673
Ajustamento a investimentos financeiros	(9.812.181)	-	-	(840.000)	2.244.203	2.280.720	-	(6.127.258)
	5.155.630.712	193.310.507	(429.044.218)	48.940.000	1.205.522	(73.455.555)	(362.550.288)	4.535.173.415

- (i) Os movimentos em investimentos financeiros resultantes da aplicação do método da equivalência patrimonial foram registados por contrapartida das seguintes rubricas:

Aumentos:

Ganhos em empresas do grupo e associadas (Nota 45.d))	230.658.428
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas (Nota 40)	240.250

Diminuições:

Perdas em empresas do grupo e associadas (Nota 45.b))	(3.840.971)
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas (Nota 40)	(33.747.200)
	193.310.507

- (ii) Os dividendos e reservas distribuídos por empresas do grupo, associadas e outras, têm a seguinte composição (Nota 55.b)):

PT Comunicações	245.009.785
TMN	109.903.167
PT Multimédia	49.667.668
PT Prime	22.090.542
Páginas Amarelas	2.274.567
Previsão	98.489
	429.044.218

- (iii) O aumento ocorrido na rubrica de "Partes de capital em empresas do Grupo", respeita à constituição da PT Portugal, PT Rede Fixa e PT Centro Corporativo (Nota 55.d)).

O aumento ocorrido na rubrica de "Empréstimos a empresas do grupo", foi como segue (Nota 55.d)):

PT Compras	15.500.000
PT II	7.000.000
PT SI	7.000.000
	29.500.000

O aumento ocorrido na rubrica de "Partes de capital em outras empresas" respeita à subscrição de acções do BES no aumento de capital ocorrido no primeiro semestre de 2006, pelo montante total de 19.320.000 Euros (Nota 55.d)). Na sequência desta operação, a Portugal Telecom manteve a mesma participação nesta empresa.

O aumento verificado na rubrica de "Títulos e outras aplicações financeiras" refere-se ao reforço do investimento no Fundo de *private equity* da Iris Capital (Nota 55.d)), no montante de 810.000 Euros.

O aumento ocorrido na rubrica de "Ajustamento a investimentos financeiros", no montante de 840.000 Euros (Nota 45.d)), refere-se à constituição de uma provisão para o investimento no BES, em função do respectivo valor de mercado ser inferior ao custo de aquisição.

- (iv) Os ajustamentos/transferências ocorridos na rubrica de "Empréstimos a empresas do grupo" respeitam à actualização cambial dos empréstimos concedidos à PT Brasil. O movimento ocorrido na rubrica de "Títulos e outras aplicações financeiras", no montante de 1.136.737 (Nota 45.d), refere-se à variação no valor de mercado dos títulos da Iris Capital. O movimento ocorrido na rubrica de "Ajustamento para investimentos financeiros", no montante de 2.244.203 (Nota 34), respeita a transferências para a rubrica de "Provisões para perdas em investimentos financeiros".
- (v) Os decréscimos ocorridos na rubrica "Partes de capital em empresas do grupo" respeitam às reduções de capital na PT Brasil ocorridas no primeiro semestre de 2006, e na rubrica de "Empréstimos a empresas do grupo" respeita ao reembolso de empréstimos, conforme segue (Nota 55.a)):

PT Prime	10.000.000
PT Brasil	6.776.687
PT Ventures	4.659.334
	<hr/>
	<u>21.436.021</u>

A redução ocorrida na rubrica de "Títulos e outras aplicações financeiras" refere-se à alienação em 30 de Maio de 2006 da totalidade dos títulos detidos no Fundo Iris Capital à PT Prestações (fundo autónomo para cobrir as responsabilidades com cuidados de saúde) pelo montante de 2.328.263 Euros.

A redução ocorrida na rubrica de "Ajustamento a investimentos financeiros", no montante de 2.280.720 Euros (Nota 45.f)), refere-se à reversão do ajustamento para prestações acessórias concedidas à Web-Lab.

- (vi) No primeiro semestre de 2006 foi efectuada a liquidação da PT Prime SGPS, por incorporação na Portugal Telecom de todos os seus activos e passivos. Esta operação teve os seguintes impactos

nas rubricas de investimentos financeiros: (a) a rubrica de "Empréstimos a empresas do Grupo" foi reduzida em 371.219.545 Euros, referentes às prestações acessórias concedidas pela Empresa à PT Prime SGPS; (b) a rubrica de "Empréstimos a empresas do Grupo" foi aumentada em 6.489.939 Euros, referentes aos suprimentos concedidos pela PT Prime SGPS à Tradecom SGPS; e (c) a rubrica "Partes de capital em outras empresas" foi aumentada em 2.179.318 Euros, referentes ao custo de aquisição das accções da Telefónica, S.A. anteriormente detidas pela PT Prime SGPS.

c) Recuperabilidade dos investimentos financeiros

A Portugal Telecom, suportada nos planos de negócios das empresas participadas e nos resultados previsionais aí considerados, entende que, em 30 de Junho de 2006, o valor contabilístico dos seus investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas (incluindo o valor do *goodwill*, líquido de amortizações acumuladas) não excede o respectivo valor estimado de realização (*fair value*).

15. Locação Financeira

Em 30 de Junho de 2006, a Empresa dispunha de equipamento de transporte em regime de locação financeira, sendo as suas responsabilidades como locatária, relativas a rendas vincendas, as seguintes:

	Capital	Juros	Total
2006 (segundo semestre)	366.682	15.529	382.211
2007 (primeiro semestre)	271.919	12.151	284.070
2007 (segundo semestre)	201.993	9.141	211.134
2008	309.399	10.769	320.168
2009	168.207	3.510	171.717
2010	32.101	219	32.320
	1.350.301	51.319	1.401.620

16. Empresas do Grupo e Associadas

Em 30 de Junho de 2006, a principal informação financeira respeitante às empresas do grupo e associadas, era como segue:

Partes de capital em empresas do grupo :

Denominação	Sede	Capitais próprios	Resultado líquido	% de part.	Valor da participação (Nota 10)	Provisão (Nota 34)
PT Comunicações	(a) Rua Andrade Corvo, 6 - Lisboa	1.462.275.174	151.624.137	100,00%	513.308.982	
TMN	(b) Av.5 Outubro, 208 - Lisboa	1.436.447.719	30.157.052	100,00%	756.142.632	
PT Prime	R. Entrecampos, nº 28 -Lisboa	61.475.203	20.120.427	100,00%	61.475.203	
PT Ventures	(c) Av. Fontes Pereira de Melo, nº 40 - Lisboa	153.868.065	18.759.315	100,00%		89.966.313
PT Brasil	R.Sampaio Viana, 277-5º Paraiso - S.Paulo	56.891.995	(1.983.612)	99,95%	56.864.102	
PT Ásia	Rua Pedro José Lobo, 1-3 Macau	9.853.194	(1.507.178)	95,92%		9.451.183
PT Inovação	(d) R. Engº José Ferreira Pinto Basto - Aveiro Urb., Tagusparque -Parque da Ciência e Tecnologia de Oeiras, Lote 35 - Porto Salvo - Oeiras	24.537.607	1.267.226	100,00%	22.043.618	
PT SI	(e) Blue Tower – 324 – Av. Louise, BTE 16º floor - Bélgica - 1050 Bruxelas	5.108.990	(6.978.580)	99,80%		10.903.988
Portugal Telecom Europa, S.P.R.L.	(f)	171.656	-	98,67%	169.372	
PT Multimédia	Av. 5 de Outubro, nº 206 2º -Lisboa	388.352.359	41.907.598	58,43%	226.919.841	
PT Pro	(g) R. Entrecampos, nº 28 -Lisboa	45.427.683	(6.845.327)	100,00%		42.158.229
PT.com	(h) Av. 5 de Outubro, nº 206 2º -Lisboa	88.435.617	(37.155)	100,00%		275.245.509
PT WI-FI	(i) Av. Fontes Pereira de Melo, nº 40 - Lisboa	(3.813.357)	(2.261.949)	100,00%		10.813.357
Simarc	R. Tenente Espanca, nº 35 - Lisboa	27.312.349	(255.030)	100,00%	27.312.349	
Previsão – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Av.Republica, 50, 6º	4.944.419	216.283	78,12%	3.862.580	
Portugal Telecom Internacional Finance B.V. ("PT Finance")	Strawinskyalaan 3105, 7º floor - Amsterdam	252.603.806	(1.101.256)	100,00%	252.603.810	
PT Meios	(j) Av. Fontes Pereira de Melo, nº 39 - Lisboa	(3.650.611)	(147.094)	100,00%		5.470.611
PT Compras	(k) R. Entrecampos, nº 28 - Lisboa	(23.586)	(4.181.862)	100,00%		19.423.586
PT Corporate	Av. Fontes Pereira de Melo, nº 40 - Lisboa	403.699	(70.840)	100,00%		403.700
PT II	(l) Av. Fontes Pereira de Melo, nº 40 - Lisboa	787.590	(1.971.928)	100,00%		11.212.410
PT Prime Tradecom	(m) R. Entrecampos, nº 28 -Lisboa	406.329	(141.951)	66,00%		3.678.067
Web-Lab	(n) Rua do Noronha,nº 1 - Lisboa	333.084	(2.195.312)	92,30%		18.666.919
PT Rede Fixa	(o) Av. Fontes Pereira de Melo, nº 40 - Lisboa	50.000	-	100,00%	50.000	
PT Portugal	(o) Av. Fontes Pereira de Melo, nº 40 - Lisboa	50.000	-	100,00%	50.000	
PT Centro Corporativo	(o) Av. Fontes Pereira de Melo, nº 40 - Lisboa	50.000	-	100,00%	50.000	
					1.920.852.489	497.393.876
<u>Partes de capital em empresas associadas:</u>						
Páginas Amarelas	Av.Republica, 50, 6º - Lisboa	4.486.676	(2.018.274)	24,88%	1.116.061	-
Sportinveste Multimédia	(p) Lg. Lagoa, nº15 A Linda-a-Velha	12.342.336	(762.429)	50,00%		13.465.379
UOL	São Paulo - Brasil	172.122.965	15.186.364	22,17%	38.163.960	
SGPICE	Rua Mouzinho da Silveira, 32, 7º Lisboa	(5.514.769)	(3.367.930)	11,11%		612.691
					39.280.021	14.078.070

-
- (a) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de 948.966.191 Euros.
- (b) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de 680.305.087 Euros.
- (c) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de 243.834.378 Euros.
- (d) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de 2.493.989 Euros.
- (e) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de 16.034.831 Euros, dos quais 16.028.970 Euros foram concedidos pela Empresa.
- (f) As últimas demonstrações financeiras disponíveis relativamente a esta participação reportam a 31 de Dezembro de 2002.
- (g) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de 87.585.912 Euros.
- (h) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de 363.681.128 Euros.
- (i) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de 7.000.000 Euros.
- (j) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de 1.820.000 Euros
- (k) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de 19.400.000 Euros
- (l) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de 12.000.000 Euros.
- (m) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de 5.961.612 Euros, dos quais 4.261.612 Euros foram concedidos pela Portugal Telecom..
- (n) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de 19.000.000 Euros.
- (o) Empresas constituídas em Março de 2006 e cuja actividade não se iniciou até 30 de Junho de 2006.
- (p) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de 32.165.181 Euros, dos quais 32.023.168 Euros foram concedidas pela Empresa.

Em 30 de Junho de 2006, a rubrica de "Partes de capital em outras empresas" tem a seguinte composição (Nota 10.b)):

BES - Banco Espírito Santo S.A.	74.620.000
Telefónica	2.179.318
INESC	1.995.192
Taguspark	1.296.875
Outras	<u>206.663</u>
	80.298.048
Ajustamento a investimentos financeiros	<u>(2.835.192)</u>
	<u><u>77.462.856</u></u>

Em 30 de Junho de 2006, os empréstimos a empresas do grupo têm a seguinte composição (Nota 10.b)):

Prestações acessórias e suplementares concedidas:

PT Comunicações	948.966.191
TMN	680.305.087
PT.com	363.681.128
PT Ventures	243.834.378
PT PRO	87.585.912
PT Compras	19.400.000
Web-Lab	19.000.000
PT SI	16.028.970
PT II	12.000.000
PT Wi-Fi	7.000.000
PT Prime Tradecom	4.261.612
PT Inovação	2.493.990
PT Meios	1.820.000
	<hr/>
	2.406.377.268

Empréstimos de financiamento:

PT Prime	19.354.146
PT Inovação	9.824.925
PT SI	7.000.000
PT Ásia	5.201.546
PT Brasil	4.368.931
PT Ventures	3.772.003
PT Wi-Fi	2.500.000
PT Prime Tradecom	2.228.328
	<hr/>
	54.249.879
	<hr/>
	2.460.627.147

Em 30 de Junho de 2006, os empréstimos concedidos a empresas associadas e outras empresas têm a seguinte composição (Nota 10.b)):

Sportinveste Multimédia (a)	35.318.668
INESC (b)	3.292.066
Outras Empresas	<hr/>
	282.234
	<hr/>
	38.892.968
Ajustamento a investimentos financeiros	(3.292.066)
	<hr/>
	35.600.902

(a) Esta rubrica inclui prestações acessórias no montante de 30.023.168 Euros (Nota 18) e suprimentos no montante de 5.295.500 Euros.

(b) Este empréstimo encontra-se totalmente ajustado em 30 de Junho de 2006.

Em 30 de Junho de 2006, as contas a receber de curto prazo de empresas do grupo, têm o seguinte detalhe:

Empréstimos concedidos:

PT Comunicações	300.000.000
PT Meios	2.440.000
PT Ásia	2.000.000
	<hr/>
	304.440.000

Valor a receber das empresas do Grupo por efeito da consolidação fiscal (a)

115.728.803

Valor a receber das Empresas do Grupo por efeito da tesouraria centralizada (b)

PT Comunicações	47.887.025
PT Prime	47.044.722
PT Multimédia	31.709.980
PT SI	10.490.568
PT Contact	3.854.672
PT Wifi	2.834.050
PT Meios	1.511.098
PT Ventures	1.496.433
PT Corporate	618.141
Directel	250.986
	<hr/>
	147.697.675

Outros valores a receber relativos a operações correntes:

PT Comunicações	21.155.927
Telesp Celular	8.357.074
PT Ventures	6.254.214
Telesp Celular Participações	6.216.715
PT Brasil	5.693.635
PT Prestações	3.663.177
PT II	3.611.610
Brasil Cel	3.296.608
PT Ásia	3.110.787
TMN	2.502.606
PT Multimédia	1.823.322
PT.com	1.350.052
PT PRO	1.093.296
Outras	5.193.250
	<hr/>
	73.322.273
	<hr/>
	641.188.751

(a) Este valor refere-se essencialmente à colecta de IRC apurada pelas empresas incluídas no consolidado fiscal, no montante de 115.957.492 Euros.

(b) A Portugal Telecom, a partir de Março de 2006, passou a centralizar todos os recebimentos e pagamentos das empresas do Grupo sedeadas em Portugal e integralmente detidas pela Portugal Telecom.

Em 30 de Junho de 2006, as contas a pagar de curto prazo a empresas do Grupo, têm o seguinte detalhe:

Aplicações financeiras na Portugal Telecom:

Simarc	10.275.388
Web-Lab	165.512
	<hr/>
	10.440.900

Valor a pagar às empresas do grupo por efeito da tesouraria centralizada (a):

TMN	225.456.508
PT.com	50.729.306
PT PRO	16.810.099
PT Móveis	3.738.157
PT II	3.646.682
PT Inovação	3.530.821
PT Compras	1.467.900
PT Prime Tradecom	1.393.410
PT Prestações	131.446
Telemática	29.136
	<hr/>
	306.933.465

Outros valores a pagar relativos a operações correntes:

PT.com	37.975.928
PT Comunicações	28.990.213
TMN	2.390.840
Global Notícias Publicações	811.087
PT PRO	329.380
PT II	319.099
PT Ventures	244.589
PT Multimédia	233.787
TV Cabo Portugal	153.662
PT Inovação	123.464
PT Brasil	102.022
PT Prime	54.716
Outras	24.974
	<hr/>
	71.753.761
	<hr/>
	389.128.126

- (a) A Portugal Telecom, a partir de Março de 2006, passou a centralizar todos os recebimentos e pagamentos das empresas do Grupo sedeadas em Portugal e integralmente detidas pela Portugal Telecom.

18. Garantias Prestadas a Empresas Participadas

Em 30 de Junho de 2006, a Empresa tinha prestado garantias e cartas conforto a favor de terceiros, conforme segue:

- Emissão de uma fiança ao Serviço de Finanças de Lisboa a favor da Companhia Portuguesa Rádio Marconi, S.A., actualmente incorporada na PT Comunicações, correspondente a dívidas exequendas no valor de 16.500.043 Euros.
- Apresentação de garantias bancárias ao Serviço de Finanças de Lisboa, correspondentes a dívidas de IRC de 1997, no montante de 3.378.496 Euros e a dívida de IRC de 1998, no montante de 6.173.839 Euros.
- Apresentação de garantias bancárias ao Serviço de Finanças de Lisboa, correspondentes a dívidas de IVA de 2002, no montante de 3.310.805 Euros e a dívidas de IVA de 2001, no montante de

1.283.422 Euros e de 827.911 Euros a favor da PT Investimentos, actualmente incorporada na PT SGPS.

- Emissão de fianças ao Serviço de Finanças de Lisboa a favor da PT Comunicações, correspondentes a uma dívida de IVA de 2000, no montante de 1.084.093 Euros e a dívida de IRC de 2000 e 2001, no montante de 2.750.704 Euros.
- Emissão de uma carta de conforto ao Crédito Predial Português a favor da Simarc relativamente a uma garantia bancária até ao limite de 423.895 Euros.

A Empresa prestou ainda um aval na livrança subscrita pela Mobitel a favor do Banco Espírito Santo, para contratação de uma linha de crédito no montante de 17 milhões de dólares americanos ("USD"), a qual à data de 30 de Junho de 2006 apresentava uma utilização de USD 16.850.000, correspondente a 13.254.149 Euros.

Adicionalmente, a Portugal Telecom e os restantes accionistas da Sportinveste celebraram um Acordo Parassocial através do qual a Portugal Telecom se comprometeu a conceder prestações acessórias até ao montante máximo de 40.000.000 Euros. Em 30 de Junho de 2006, a Portugal Telecom tinha concedido prestações acessórias à Sportinveste Multimédia, no montante de 30.023.168 Euros (Nota 16).

19. Valores de Mercado do Activo Circulante

Em 30 de Junho de 2006, não havia diferenças significativas nos valores das rubricas do activo circulante, calculadas de acordo com os critérios valorimétricos adoptados pela Empresa (Nota 3) e o respectivo valor de mercado, que não estivessem cobertas pelos ajustamentos constituídos.

29. Dívidas a Terceiros a mais de Cinco Anos

Em 30 de Junho de 2006, as dívidas a terceiros com vencimento a mais de cinco anos ascendem a 879.256.005 Euros (Nota 48.e)).

34. Movimentos Ocorridos nas Provisões

Os movimentos ocorridos no semestre findo em 30 de Junho de 2006 nas rubricas de provisões foram os seguintes:

	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Utilizações/ transferências	Liquidação (i)	Saldo final
Provisões:						
Provísão para impostos (a)	5.012.148	1.360.059	-	(98.616)	-	6.273.591
Outras provisões:						
Perdas em investimentos financeiros (Nota 16) (b)	859.628.818	34.416.952	(21.279.101)	2.244.203	(363.538.926)	511.471.946
Outros (c)	1.109.000	-	(491.205)	(617.795)	-	-
	<u>860.737.818</u>	<u>34.416.952</u>	<u>(21.770.306)</u>	<u>1.626.408</u>	<u>(363.538.926)</u>	<u>511.471.946</u>
	<u>865.749.966</u>	<u>35.777.011</u>	<u>(21.770.306)</u>	<u>1.527.792</u>	<u>(363.538.926)</u>	<u>517.745.537</u>

- (a) O aumento ocorrido nesta rubrica resulta da avaliação efectuada pela gestão relativamente a contingências fiscais prováveis. A coluna de "Utilizações/transferências" respeita à utilização de uma provisão constituída em exercícios anteriores para fazer face a uma liquidação de IRC relativa ao exercício de 2001.
- (b) A provisão para perdas em investimentos financeiros resulta da aplicação do método da equivalência patrimonial, reflectindo a quota-parte nos capitais próprios negativos de empresas do grupo e associadas. Os aumentos, reduções e transferências ocorridos durante o semestre findo em 30 de Junho de 2006 foram registados por contrapartida das seguintes rubricas:

Aumentos:

Perdas em empresas do grupo e associadas (Nota 45.b))	27.037.644
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas (Nota 40)	7.379.308
	<u>34.416.952</u>

Reduções:

Ganhos em empresas do grupo e associadas (Nota 45.d))	18.985.831
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas (Nota 40)	2.293.270
	<u>21.279.101</u>

Transferências:

Ajustamento a investimentos financeiros (Nota 10.b))	<u>2.244.203</u>
--	------------------

Em Abril de 2006, a PT Prime SGPS foi objecto de liquidação, tendo os seus activos e passivos sido integrados na Portugal Telecom. Em resultado desta operação, foi eliminada a provisão para os capitais próprios negativos da PT Prime SGPS, no montante de 367.894.100 Euros, e incorporadas as provisões para os capitais próprios negativos da Tradecom e SGPICE, nos montantes de 3.771.755 Euros e 583.419 Euros, respectivamente.

- (c) No âmbito da alienação em 2005 do investimento financeiro detido pela Portugal Telecom na Lusomundo Media, foi reconhecida uma provisão no montante de 1.108.400 Euros para fazer face a eventuais contingências decorrentes do contrato de venda. Em resultado das reclamações apresentadas pelo comprador e após análise detalhada das mesmas, a Portugal Telecom aceitou reclamações no montante de 617.795 Euros, tendo revertido o remanescente da provisão que se mostrou excessivo, no montante de 491.205 Euros (Nota 46).

35. Aumento e Redução do Capital

Na sequência da deliberação da Assembleia Geral de 21 de Abril de 2006, a Empresa efectuou em 11 de Maio de 2006 um aumento do capital social, no montante de 338.656.950 Euros, por aumento do valor nominal de cada acção em 30 céntimos de euro. Este aumento de capital foi efectuado através da

incorporação de prémios de emissão de acções no montante de 91.704.891 Euros, de reservas legais no montante de 121.523.559 Euros, e da reserva especial de cancelamento de acções próprias, no montante de 125.428.500 Euros.

Em 11 de Setembro de 2006, e em cumprimento da deliberação de 21 de Abril de 2006 da Assembleia Geral, a Empresa procedeu a uma redução do seu capital no montante de 1.072.413.675 Euros, por libertação de excesso de capital e criação de reservas livres, passando o seu capital a ser de 395.099.775 Euros (Nota 56).

36. Composição do Capital

Em 30 de Junho de 2006, o capital da Empresa ascendia a 1.467.513.450 Euros (Notas 40 e 56) e estava representado por 1.128.856.000 acções ordinárias e 500 acções de Categoria A, com um valor nominal de 1,3 Euros.

As acções de Categoria A são detidas na sua totalidade pelo Estado Português (Nota Introdutória) e, nos termos dos estatutos da Empresa, conferem direitos especiais que consistem em, por maioria de votos dessas mesmas acções, votar ou vetar determinados actos dos accionistas da Portugal Telecom, incluindo os seguintes:

- Eleição de um terço do número total de administradores, que compreenderá o Presidente do Conselho de Administração;
- Autorização de distribuição de dividendos superiores a 40% dos lucros distribuíveis;
- Aumentos de capital e outras alterações aos estatutos;
- Emissão de obrigações e outros títulos de crédito;
- Autorização para que um accionista que exerça, directa ou indirectamente, uma actividade concorrente da Portugal Telecom possa ser titular de Acções Ordinárias representativas de mais de 10% do capital da empresa;
- Alteração dos objectivos gerais e dos princípios fundamentais das políticas e opções estratégicas da Portugal Telecom, nomeadamente relativas à tecnologia a adoptar, desenvolvimento das redes e prestação de serviço;
- Definição dos princípios gerais da política de participação em sociedades, incluindo a autorização de aquisições e alienações.

40. Movimentos nas Rubricas de Capital Próprio.

Durante o primeiro semestre de 2006, os movimentos verificados nas rubricas de capital próprio, foram como segue:

	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Capital (Notas 35, 36 e 56)	1.128.856.500	338.656.950	-	1.467.513.450
Prémios de emissão de acções	91.704.891	-	(91.704.891)	-
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	881.218.517	23.789.550	(41.747.169)	863.260.898
Reserva legal	179.229.361	25.001.079	(121.523.559)	82.706.881
Outras reservas	131.272.144	-	(125.428.500)	5.843.644
Resultados transitados	238.974.490	9.804.000	(85.133.508)	163.644.982
Resultado líquido do semestre/exercício	500.021.577	347.576.794	(500.021.577)	347.576.794
	<u>3.151.277.480</u>	<u>744.828.373</u>	<u>(965.559.204)</u>	<u>2.930.546.649</u>

Capital

Em 11 de Maio de 2006, a Empresa procedeu a um aumento de capital social, no montante de Euros 338.656.950, conforme mencionado na Nota 35.

Prémios de emissão de acções

Os prémios de emissão de acções resultam de ágios obtidos com aumentos de capital. Conforme dispõe a legislação aplicável às sociedades emitentes de acções admitidas à negociação em mercados regulamentados sujeitos à supervisão da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, os valores englobados nesta rubrica só podem ser utilizados para aumentar o capital ou absorver resultados transitados negativos (sem necessidade de prévia utilização de outras reservas), não podendo ser utilizados para atribuição de dividendos ou para a aquisição de acções próprias. No seguimento da deliberação da Assembleia Geral de 21 de Abril de 2006, a totalidade dos prémios de emissão de acções foi incorporada no aumento de capital ocorrido em 11 de Maio de 2006.

Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas

A variação verificada nesta rubrica resulta essencialmente: (i) da diferença entre os resultados do exercício de 2005 das empresas participadas, que advêm da aplicação do método da equivalência patrimonial, e os resultados distribuídos por essas empresas durante o semestre findo em 30 de Junho de 2006, registada por contrapartida de resultados transitados e (ii) de variações nos capitais próprios das empresas do Grupo, que não as resultantes do resultado líquido do período e que respeitam fundamentalmente às variações cambiais decorrentes da conversão das demonstrações financeiras das participadas localizadas no Brasil.

O movimento ocorrido nesta rubrica no primeiro semestre de 2006 foi como segue:

	Variações positivas	Variações negativas	Total
Resultados não atribuídos	21.079.017	-	21.079.017
Equivalência patrimonial (a)	2.533.520	(41.126.508)	(38.592.988)
Variações cambiais do <i>goodwill</i> (Nota 10.a))	-	(620.661)	(620.661)
Outros	177.013	-	177.013
	23.789.550	(41.747.169)	(17.957.619)

Os ajustamentos relacionados com a equivalência patrimonial encontram-se registados por contrapartida das seguintes rubricas:

	Variações positivas	Variações negativas	Total
Investimentos financeiros (Nota 10.b))	240.250	(33.747.200)	(33.506.950)
Provisão para perdas em investimentos financeiros (Notas 3.c) e 34.b))	2.293.270	(7.379.308)	(5.086.039)
	2.533.520	(41.126.508)	(38.592.989)

Reserva legal

A legislação comercial e os estatutos da Empresa estabelecem que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital. No seguimento da deliberação da Assembleia Geral de 21 de Abril de 2006, foi incorporado um montante de 121.523.559 Euros no aumento do capital ocorrido em 11 de Maio de 2006.

Outras reservas

A variação verificada nesta rubrica durante o primeiro semestre de 2006, foi como segue:

	Saldo Inicial	Variações negativas	Saldo Final
Reservas livres	5.843.644	-	5.843.644
Reserva para acções próprias canceladas	125.428.500	(125.428.500)	-
	131.272.144	(125.428.500)	5.843.644

No seguimento da deliberação da Assembleia Geral de 21 de Abril de 2006, a totalidade das reservas para acções próprias canceladas foi incorporada no aumento do capital social ocorrido em 11 de Maio de 2006.

Resultados Transitados

As variações ocorridas nesta rubrica durante o primeiro semestre de 2006, resultam dos seguintes movimentos:

	Variações positivas	Variações negativas	Total
Distribuição de dividendos (a)	-	(61.186.339)	(61.186.339)
Resultados não atribuídos pelas subsidiárias	-	(21.079.017)	(21.079.017)
Dividendos de equity swaps sobre acções próprias	9.804.000	-	9.804.000
Imposto sobre os dividendos de equity swaps sobre acções próprias		(2.667.726)	(2.667.726)
Entrega de acções aos colaboradores	-	(200.426)	(200.426)
	9.804.000	(85.133.508)	(75.329.508)

- (a) Nos termos aprovados pela Assembleia Geral de 21 de Abril de 2006, foi distribuído aos accionistas um montante de 61.186.339 Euros de resultados transitados a título de dividendo.

Resultado Líquido

Nos termos aprovados pela Assembleia Geral de 21 de Abril de 2006, o resultado líquido do exercício de 2005, no montante de 500.021.577 Euros, foi aplicado da seguinte forma:

Distribuição de dividendos	475.020.498
Reserva Legal	25.001.079
	500.021.577

43. Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais

As remunerações auferidas pelos membros dos órgãos sociais nos semestres findos em 30 de Junho de 2006 e 2005, foram as seguintes:

	2006		2005	
	Fixa	Variável	Fixa	Variável
Administradores Executivos	2.590.632	12.851.253	1.652.711	4.184.129
Administradores Não Executivos	989.186	1.266.515	1.082.674	398.489
Conselho Fiscal	91.901	-	83.917	-
Mesa da Assembleia Geral	1.719	-	2.483	-
	3.673.438	14.117.768	2.821.785	4.582.618

O aumento nas remunerações fixas dos administradores executivos resulta essencialmente do alargamento da Comissão Executiva de 5 para 7 membros, ocorrido no final de 2005. As remunerações variáveis dos administradores executivos e não executivos incluem 9.705.048 Euros e 966.876 Euros, respectivamente, referentes a pagamentos devidos pela conclusão dos correspondentes mandatos.

45. Demonstrações dos resultados financeiros

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2006 e 2005, os resultados financeiros apresentam a seguinte composição:

	2006	2005
Custos e perdas:		
Juros suportados (a)	48.619.973	55.721.961
Perdas em empresas do grupo e associadas (b)	30.878.615	35.229.191
Amortizações de <i>goodwill</i> (Notas 6 e 10)	16.061.879	18.744.920
Diferenças de câmbio desfavoráveis	5.088.253	393.657
Outros custos e perdas financeiros (c)	12.877.848	6.337.894
	<u>113.526.568</u>	<u>116.427.623</u>
Resultados financeiros	<u>208.720.205</u>	<u>241.328.999</u>
	<u><u>322.246.773</u></u>	<u><u>357.756.622</u></u>
Proveitos e ganhos:		
Ganhos em empresas do grupo e associadas (d)	256.930.971	271.884.280
Juros obtidos (e)	17.606.774	25.404.790
Diferenças de câmbio favoráveis	8.278.672	2.946.642
Rendimentos de participações de capital	1.357.000	2.059.386
Outros proveitos e ganhos financeiros (f)	38.073.356	55.461.524
	<u>322.246.773</u>	<u>357.756.622</u>

- (a) No primeiro semestre de 2006, esta rubrica inclui essencialmente juros de empréstimos externos (bancários e papel comercial), no montante de 34.934.673 Euros, bem como juros relativos a papel comercial interno, no montante de 5.138.744 Euros, e à emissão de obrigações convertíveis e não convertíveis, no montante de 3.869.879 Euros.
- (b) No primeiro semestre de 2006, as perdas em empresas do grupo e associadas, decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial no reconhecimento da quota parte nos respectivos resultados líquidos negativos, são conforme segue:

	Investimentos financeiros (Nota 10.b))	Provisões para perdas em investimentos financeiros (Nota 34)	Total
PT SI	-	6.964.623	6.964.623
PT PRO	-	6.845.327	6.845.327
PT Compras	-	4.029.901	4.029.901
PT Wi-Fi	-	2.261.949	2.261.949
Web-Lab	-	2.195.312	2.195.312
PT Brasil	1.982.640	-	1.982.640
PT II	-	1.971.928	1.971.928
PT Ásia	-	1.445.685	1.445.685
PT Finance	1.101.256	-	1.101.256
Sportinveste	-	1.038.556	1.038.556
Páginas Amarelas	502.045	-	502.045
Simarc	255.030	-	255.030
PT Meios	-	147.094	147.094
PT Corporate	-	70.840	70.840
PT.com	-	37.155	37.155
SGPICE	-	29.274	29.274
	<u>3.840.971</u>	<u>27.037.644</u>	<u>30.878.615</u>

- (c) No primeiro semestre de 2006 esta rubrica inclui, essencialmente, o reconhecimento das perdas resultantes da desvalorização de derivados cambiais no montante de 7.906.724 Euros, os custos com serviços bancários no montante de

2.557.915 Euros, e as perdas resultantes da variação no valor de mercado dos títulos da Iris Capital e do BES de 1.136.737 Euros e 840.000 Euros, respectivamente (Nota 10.b)).

- (d) No primeiro semestre de 2006, os ganhos em empresas do grupo e associadas, decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial no reconhecimento da quota parte nos respectivos resultados líquidos positivos, são conforme segue:

	Investimentos financeiros (Nota 10.b))	Provisão para perdas em investimentos financeiros (Nota 34)	Total
PT Comunicações	151.624.137	-	151.624.137
TMN	30.157.052	-	30.157.052
PT Multimédia	24.487.210	-	24.487.210
PT Prime	20.120.427	-	20.120.427
PT Ventures	-	18.759.315	18.759.315
UOL	2.834.780	-	2.834.780
PT Inovação	1.267.226	-	1.267.226
Previsão	167.596	-	167.596
PT Prime SGPS (i)	-	132.828	132.828
PT Prime Tradecom	-	93.688	93.688
	230.658.428	18.985.831	249.644.259
Efeito da consolidação fiscal (Nota 6) (ii)			7.286.712
			256.930.971

- (i) A PT Prime SGPS foi liquidada no primeiro semestre de 2006 e os respectivos activos e passivos incorporadas na Portugal Telecom, tendo sido aplicada a equivalência patrimonial até ao momento da liquidação.
- (ii) Este valor reflecte o efeito da dedução do prejuízo fiscal das empresas participadas pelo perímetro de consolidação fiscal da Portugal Telecom (Nota 3.h)).

- (e) No primeiro semestre de 2006, a rubrica "Juros obtidos" apresenta a seguinte composição:

Juros de aplicações financeiras	15.669.892
Juros de empréstimos concedidos a empresas do grupo	1.864.126
Outros juros	72.756
	17.606.774

- (f) No primeiro semestre de 2006, esta rubrica inclui essencialmente: (i) ganhos decorrentes de dividendos e do cancelamento de *equity swaps* sobre acções da PT Multimédia, no montante de 8.408.150 Euros e de 27.384.487 Euros, respectivamente; (ii) reversão do ajustamento para prestações acessórias concedidas à Web-lab, no montante de 2.280.720 Euros (Nota 10 b)); e (iii) redução da provisão relacionada com contingências decorrentes do contrato da alienação do investimento na Lusomundo Media no montante de 491.205 Euros (Nota 34).

46. Demonstrações dos Resultados Extraordinários

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2006 e 2005, os resultados extraordinários têm a seguinte composição:

	2006	2005
Custos e perdas:		
Donativos	362.500	225.149
Insuficiência da estimativa para impostos sobre o rendimento (a)	122.843.853	22.976
Outros custos e perdas extraordinários	<u>17.645.444</u>	<u>3.889.632</u>
	<u>140.851.797</u>	<u>4.137.757</u>
Resultados extraordinários	<u>(139.646.396)</u>	<u>(4.115.045)</u>
	<u><u>1.205.401</u></u>	<u><u>22.712</u></u>
Proveitos e ganhos:		
Ganhos em imobilizações	21.666	6.450
Redução de provisões (Nota 34 c))	491.205	-
Outros proveitos e ganhos extraordinários	<u>692.530</u>	<u>16.262</u>
	<u><u>1.205.401</u></u>	<u><u>22.712</u></u>

- (a) No primeiro semestre de 2006, a insuficiência da estimativa para impostos sobre o rendimento resultou essencialmente da tributação voluntária de mais-valias fiscais com tributação suspensa no montante de 125.818.532 Euros (Nota 6.d)).

48. Empréstimos Obtidos

Em 30 de Junho de 2006 e em 31 de Dezembro de 2005, o detalhe dos empréstimos obtidos era como segue:

	2006		2005	
	Curto prazo	Médio e longo prazo (e)	Curto prazo	Médio e longo prazo
Empréstimos bancários (a)				
Empréstimos externos	<u>78.465.415</u>	<u>684.348.580</u>	<u>80.279.225</u>	<u>714.738.150</u>
Empréstimos por obrigações convertíveis (b)	<u>390.335.000</u>	<u>-</u>	<u>390.335.000</u>	<u>-</u>
Outros empréstimos obtidos				
Empréstimos externos (c)	<u>-</u>	<u>694.000.000</u>	<u>-</u>	<u>1.199.553.000</u>
Empréstimos internos (d)	<u>424.756.355</u>	<u>-</u>	<u>574.774.497</u>	<u>-</u>
	<u><u>424.756.355</u></u>	<u><u>694.000.000</u></u>	<u><u>574.774.497</u></u>	<u><u>1.199.553.000</u></u>
	<u><u>893.556.770</u></u>	<u><u>1.378.348.580</u></u>	<u><u>1.045.388.722</u></u>	<u><u>1.914.291.150</u></u>

- (a) Em 30 de Junho de 2006 e em 31 de Dezembro de 2005, os empréstimos bancários encontravam-se expressos em Euros, sendo as garantias solicitadas a favor de terceiros relacionadas com estes empréstimos as seguintes:

	2006	2005
- Garantias bancárias a favor do Banco Europeu de Investimento	184.794.352	205.120.408
- Aval do Estado a favor do Kreditanstalt Für Wiederaufbau	6.939.765	7.668.867

Em 30 de Junho de 2006 e em 31 de Dezembro de 2005 os empréstimos bancários venciam juros a taxas anuais que variavam entre:

	2006	2005
Taxa de juro máxima	4,60%	4,60%
Taxa de juro mínima	2,94%	2,44%

- (b) Em 6 de Dezembro de 2001, a Empresa emitiu um empréstimo por obrigações convertíveis em acções, integralmente subscrito pela PT Finance, com o valor total de 550.000.000 Euros, correspondente a 110.000 obrigações, com o valor nominal de 5.000 Euros cada. Este empréstimo está associado à emissão pela PT Finance, em 6 de Dezembro de 2001, de *Exchangeable Bonds*, com condições idênticas às obrigações convertíveis emitidas pela Empresa, que conferem aos seus titulares o direito à troca das obrigações por acções ordinárias ou ADS (*American Depository Shares*) da Empresa, até ao termo da emissão, ao preço de conversão de 12,3985 Euros por acção. O reembolso destas obrigações convertíveis será efectuado em 6 de Dezembro de 2006, salvo se tiverem sido previamente reembolsadas ou adquiridas e canceladas ou se a conversão houver sido previamente efectuada. A taxa de juro anual do empréstimo é de 2%, sendo o pagamento dos juros trimestral e postecipado. Em Dezembro de 2003 e em Outubro de 2004, foram canceladas 21.933 obrigações convertíveis, no montante de 109.665.000 Euros, e 10.000 obrigações convertíveis, no montante de 50.000.000 Euros, pelo que o montante destas obrigações convertíveis em circulação em 30 de Junho de 2006 era de 390.335.000 Euros.
- (c) Em 25 de Junho de 1999, a Empresa estabeleceu um Contrato Programa de Emissão de Papel Comercial, a subscrever pela PT Finance, até ao montante de 1.000.000.000 euros. No exercício de 2003, as condições deste programa foram alteradas no sentido de possibilitar a emissão de Papel Comercial por outras empresas do Grupo. Na sequência de um aditamento efectuado durante o primeiro semestre de 2006, em 30 de Junho de 2006, o montante máximo do programa é de 2.000.000.000 euros. A partir de 2003, todas as emissões no âmbito deste programa foram efectuadas pela TMN. As emissões actuais efectuadas no âmbito deste programa encontram-se associadas essencialmente: (i) à emissão em 7 de Abril de 1999 pela PT Finance de *Global Medium Term Notes* ("GMTNs") no montante de 1.000.000.000 euros, os quais correspondem a obrigações emitidas por aquela empresa participada, com uma maturidade de 10 anos e uma taxa de juro anual de 4,625%, sendo que em Novembro de 2004 foram canceladas as obrigações desta emissão que o Grupo mantinha em carteira, no montante de 120.500.000 euros; (ii) à emissão em 24 de Março de 2005 pela PT Finance de *Global Medium Term Notes* ("GMTNs") no montante total de 1.000.000.000 euros, com uma maturidade de 7 anos e uma taxa de juro anual de 3,75%; (iii) à emissão em 24 de Março de 2005 pela PT Finance de *Global Medium Term Notes* ("GMTNs") no montante total de 500.000.000 euros, com uma maturidade de 12 anos e uma taxa de juro anual de 4,375%.

Em 1 de Junho de 2000, a Empresa estabeleceu um outro Contrato Programa de Emissão de Papel Comercial, a subscrever pela PT Finance, até ao montante de 1.350.000.000 euros. No exercício de 2003, as condições deste programa foram alteradas no sentido de possibilitar a emissão de Papel Comercial por outras empresas do Grupo. Na sequência de aditamentos efectuados até à data, em 30 de Junho de 2006, o montante máximo do programa é de 3.000.000.000 euros. Em 30 de Junho de 2006, a Empresa tem emitido um montante de 694.000.000 euros. As emissões actuais, efectuadas no âmbito deste programa encontram-se associadas essencialmente: (i) a uma *Multicurrency Revolving Credit Facility* de 150.000.000 euros contratada em 24 de Junho de 2004, com maturidade a seis anos, encontrando-se utilizado em 30 de Junho de 2006 um montante de 75.000.000 euros; (ii) à emissão em 24 de Março de 2005 pela PT Finance de *Global Medium Term Notes* ("GMTNs") no montante total de 1.000.000.000 euros, com uma maturidade de 7 anos e uma taxa de juro anual de 3,75%; (iii) à emissão em 24 de Março de 2005 pela PT Finance de *Global Medium Term Notes* ("GMTNs") no montante total de 500.000.000 euros, com uma maturidade de 12 anos e uma taxa de juro anual de 4,375%.

- (d) A Empresa mantém contratado Programas de Papel Comercial de curto prazo, no montante total de 875.000.000 Euros, encontrando-se utilizado a 30 em Junho de 2006 um montante de 424.756.355 Euros. Este montante foi emitido em Junho de 2006 com uma taxa de juro anual de 2,95% e vencimento em Julho de 2006.
- (e) Em 30 de Junho de 2006, os empréstimos classificados a médio e longo prazo têm o seguinte plano de reembolso previsto:

Segundo semestre de 2007	63.382.806
2008	123.269.695
2009	110.051.551
2010	185.051.550
Primeiro semestre de 2011	17.336.973
Segundo semestre de 2011 e anos seguintes (Nota 29)	<u>879.256.005</u>
	<u>1.378.348.580</u>

- (f) Em 30 de Junho de 2006, existiam diversos condicionalismos financeiros ("covenants") associados aos financiamentos obtidos pelo Grupo, os quais àquela data estavam a ser cumpridos, sendo de destacar os seguintes:

- **Notações de rating**

Caso o rating atribuído à Portugal Telecom pelas agências de rating seja reduzido para BBB+/Baa1 ou inferior, a Empresa poderá ser chamada a apresentar uma garantia bancária aceitável pelo Banco Europeu de Investimento (BEI) relativamente a empréstimos no montante de 375 milhões de euros. Como resultado da redução do rating da Portugal Telecom para BBB+

pela S&P e para Baa1 pela Moody's, em 8 de Março de 2006, a Empresa negocou com o BEI a revisão dos termos e condições destes empréstimos. No início de Julho de 2006, esta cláusula foi alterada, com efeito a partir de 8 de Março de 2006, de modo a permitir um *rating* de BBB+/Baa1, mantendo o BEI o direito de exigir uma garantia bancária aceitável se o *rating* atribuído à Portugal Telecom for reduzido para BBB/Baa2. Na sequência da redução do *rating* para BBB- pela S&P e Baa2 pela Moody's, ocorrida em 3 de Agosto de 2006, a Empresa está a negociar com o BEI uma revisão dos termos e condições destes empréstimos.

- **Manutenção de controlo/alienação das empresas participadas**

A *credit facility* de 500 milhões de euros prevê que a Portugal Telecom terá de manter, directa ou indirectamente, a maioria do capital e o controlo de cada uma das suas *Material Subsidiaries* (subsidiárias cujo activo bruto seja igual ou superior a 10% do activo consolidado ou cujas receitas sejam iguais ou superiores a 10% das receitas consolidadas do Grupo).

- **Alienação de activos**

A *credit facility* de 100 milhões de euros e empréstimos obtidos junto do BEI, no montante total de 646 milhões de euros, incluem cláusulas que limitam ou condicionam a alienação de activos da Portugal Telecom.

- **Rácios Financeiros**

A *Credit Facility* de 500 milhões de euros e uma das *credit facilities* de 150 milhões de euros prevêem a obrigação de assegurar que a dívida líquida consolidada não excede 3,5 vezes o EBITDA consolidado. A *credit facility* de 100.000.000 euros prevê a obrigação de assegurar que a dívida líquida consolidada não excede 4 vezes o EBITDA consolidado. As actuais condições financeiras (*spread* aplicável) relativas à *credit facility* de 500 milhões de euros e à *credit facility* de 150 milhões de euros contratada em Junho de 2004 serão alteradas se o rácio da dívida líquida consolidada/EBITDA consolidado for superior, respectivamente, a 2,5 e 2,25. Em 30 de Junho de 2006, este rácio é equivalente a 2,01.

- **Negative Pledge**

Adicionalmente, o Programa de Global Medium Term Notes da PT Finance, a emissão de obrigações convertíveis e as *credit facilities* no montante total de 900 milhões de euros, estão abrangidas por cláusulas de Negative Pledge, as quais impõem restrições à constituição de garantias reais sobre os activos das empresas englobadas na consolidação do Grupo.

49. Estado e Outros Entes Públicos

Em 30 de Junho de 2006 e em 31 de Dezembro de 2005, os saldos com o Estado e outros entes públicos têm o seguinte detalhe:

	2006		2005	
	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos devedores	Saldos credores
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	15.029.694	36.991.234	10.044.756	1.243.170
Imposto sobre o valor acrescentado	61.715	-	659.678	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	408.288	-	423.917
Segurança social	-	111.762	-	74.236
	15.091.409	37.511.284	10.704.434	1.741.323

51. Títulos Negociáveis

Em 30 de Junho de 2006, esta rubrica refere-se fundamentalmente a aplicações efectuadas pela Empresa em títulos de curto prazo e de rendimento fixo.

52. Acréscimos e Diferimentos

Em 30 de Junho de 2006 e em 31 de Dezembro de 2005, os saldos destas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2006	2005
Acréscimos de proveitos:		
Juros a receber	3.637.896	8.377.975
Prestação de serviços a empresas do Grupo (a)	1.452.193	6.480.659
Outros	730.602	1.591.907
	5.820.691	16.450.542
Custos diferidos:		
Despesas financeiras (b)	1.560.647	2.057.030
Outros	1.325.338	884.112
	2.885.985	2.941.142
Acréscimos de custos:		
Encargos financeiros a liquidar	18.652.265	17.742.656
Encargos com férias, subsídios de férias e de Natal e outros encargos com o pessoal	6.253.034	7.970.182
Fornecimentos e serviços externos (c)	2.430.627	2.895.201
Outros acréscimos de custos (d)	47.152.776	37.809.086
	74.488.702	66.417.124
Proveitos diferidos	2.191.374	902.266

- (a) Em 30 de Junho de 2006, este montante refere-se aos valores a facturar relativamente a serviços prestados à Telesp Celular durante o segundo trimestre de 2006, no âmbito do contrato de prestação de serviços de consultoria.
- (b) Em 30 de Junho de 2006, este montante refere-se essencialmente a despesas com emissão de papel comercial que estão a ser reconhecidas ao longo do período dos empréstimos.
- (c) Em 30 de Junho de 2006, este montante inclui 2.912.150 Euros referente a acerto de facturação de 2005 com a Telesp Celular (Nota 46 a)) e 1.346.970 Euros relativos a trabalhos especializados.
- (d) Em 30 de Junho de 2006, esta rubrica inclui 34.513.897 Euros referentes ao valor de mercado de determinados instrumentos financeiros derivados.

53. Instrumentos Financeiros e Gestão de Risco

Em 30 de Junho de 2006, a Empresa tinha contratado um conjunto de instrumentos financeiros derivados, essencialmente com o objectivo de minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro e de taxa de câmbio.

A contratação deste tipo de instrumentos financeiros é efectuada após análise cuidada dos riscos e benefícios inerentes a este tipo de operações, e consulta a diversas instituições intervenientes nos mercados. Estas operações são sujeitas à aprovação prévia da Comissão Executiva e implicam o acompanhamento permanente da evolução dos mercados financeiros e da carteira de posições detidas pela Empresa. O valor de mercado (*Fair Value*) destes instrumentos é apurado regular e periodicamente ao longo do ano, no sentido de permitir uma avaliação contínua destes instrumentos e das respectivas implicações financeiras.

Risco de Taxa de Juro

Em 30 de Junho de 2006, a carteira de instrumentos derivados de taxa de juro era constituída por *swaps* de taxa de juro em Euros. Nesta data, o nocional destes instrumentos era de 671 milhões de Euros com uma maturidade média de 6,7 anos.

Risco de Taxa de Juro e de Taxa de Câmbio

De modo a atingir os objectivos acima referidos, quer no caso do risco de taxa de juro, quer no que respeita ao risco de taxa de câmbio, existiam em 30 de Junho de 2006 *cross currency swaps* com componente cambial e de taxa de juro. Naquela data, o total de dívida sujeita a contratos desta natureza era de 50 milhões de Euros de *swaps* de dólares americanos para Euros, com uma maturidade média de 5,5 anos.

Na sequência do cancelamento da componente de taxa de juro de *cross currency swaps* anteriormente existentes, a Portugal Telecom mantém opções cambiais e contratos *forward* de Euros para dólares americanos. Em 30 de Junho de 2006, o montante líquido dos contratos desta natureza era de 200 milhões de Euros, com uma maturidade média de 2,8 anos.

Derivativos com acções

Em 30 de Junho de 2006, de modo a incrementar a sua exposição à PT Multimédia, a Portugal Telecom tinha contratado junto de uma instituição financeira *equity swaps* sobre 30.575.090 acções da PT Multimédia, representativas de 9,9% do seu capital. Em 31 de Dezembro de 2005, estes instrumentos tinham as seguintes condições:

- (i) 18.375.090 acções, com um preço inicial de 8,87 Euros e maturidade de 4 meses; e
- (ii) 12.200.000 acções, com um preço inicial de 7,05 Euros e maturidade de 4 meses;

Em 15 de Maio de 2006, após a renovação dos contratos, o preço inicial relativo à totalidade das acções foi alterado para 9,04 Euros, tendo a Portugal Telecom recebido 27 milhões de Euros pelo cancelamento do anterior contrato. O vencimento destes contratos ocorreu em 24 de Julho de 2006, tendo a Empresa pago 1 milhão de Euros. Na mesma data, a Portugal Telecom contratou um novo *equity swap* sobre 30.575.090 acções da PT Multimédia, com um preço inicial de 9,02 Euros e maturidade de 2 anos.

Adicionalmente, em 2004 a Portugal Telecom celebrou com o Banco Espírito Santo contratos de derivados com acções PT Multimédia, que se traduzem num conjunto de opções que permitem à Empresa obter um encaixe financeiro de 16,6 milhões de Euros, bem como a possibilidade de adquirir acções da PT Multimédia representativas de cerca de 5% do seu capital. Estas opções terminaram em 31 de Dezembro de 2005 e não puderam ser exercidas por ambas as partes devido a não ter sido atingido o strike contratado. A exigibilidade do montante acima referido estava sujeita à condição suspensiva de ao Banco Espírito Santo ser pago o preço das opções que o Banco Espírito Santo tinha contratado com terceiras entidades a fim de obter o hedging financeiro da sua posição nas opções de compra e venda. A Portugal Telecom recebeu 50% deste montante no exercício de 2005 no montante de 8,3 milhões de euros. Em Junho de 2006, o Banco Espírito Santo informou a Portugal Telecom que os restantes 50%, no montante de 8,3 milhões de euros, não lhe foram pagos.

Fair Value dos Derivativos

Em 30 de Junho de 2006 e em 31 de Dezembro de 2005, o *Fair Value* dos derivativos e o correspondente valor contabilístico é o seguinte (valores em milhões de Euros):

	30 de Junho de 2006	31 de Dezembro de 2005		
	Valor contabilístico	<i>Fair value</i>	Valor contabilístico	<i>Fair value</i>
Instrumentos derivados:				
Taxa de juro	(0,2)	(6,5)	(0,0)	(26,9)
Taxa de câmbio (Nota 52)	(34,5)	(34,5)	(26,6)	(26,6)
Taxa de juro e de câmbio	(9,7)	(10,1)	(5,8)	(6,0)
	<u>(44,3)</u>	<u>(51,1)</u>	<u>(32,4)</u>	<u>(59,6)</u>
Instrumentos derivados com acções:				
Acções próprias	(0,9)	29,7	(0,4)	10,0
Acções PT Multimédia	(1,0)	(0,8)	(4,5)	42,0
	<u>(1,9)</u>	<u>28,9</u>	<u>(4,8)</u>	<u>52,1</u>

54. Demonstração dos Resultados por Funções

A Demonstração dos Resultados por Funções ("DRF") foi elaborada tendo em consideração o disposto na Directriz Contabilística n.º 20, havendo os seguintes aspectos a salientar:

- a) A rubrica "Vendas e prestações de serviços" da DRF inclui as prestações de serviços efectuadas ao abrigo do contrato de prestação de serviços técnicos de administração e gestão celebrado com a Telesp Celular.
- b) A rubrica "Custo das prestações de serviços" da DRF inclui, basicamente, parte da rubrica "Fornecimentos e serviços externos", parte da rubrica "Custos e perdas extraordinárias", os "custos com o pessoal" e as "Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo" da Demonstração dos Resultados por Naturezas ("DRN"), com excepção da amortização dos trespasses ("*goodwill*") gerados na aquisição de partes de capital, a qual é reconhecida na DRF na rubrica "Ganhos em filiais e associadas".
- c) A rubrica "Outros custos e perdas operacionais" da DRF inclui, fundamentalmente, parte da rubrica de "Fornecimentos e serviços externos", quotizações e donativos para diversos organismos no âmbito das telecomunicações e "Impostos".
- d) A rubrica "Custo líquido de financiamento" da DRF inclui, essencialmente, as seguintes naturezas de proveitos e custos registadas na DRN em resultados financeiros:

	2006	2005
Juros obtidos (Nota 45)	17.606.774	25.404.790
Juros suportados (Nota 45)	(48.619.973)	(55.751.961)
Outros proveitos e ganhos financeiros	35.792.637	55.461.524
Outros custos e perdas financeiros	(10.951.664)	(5.175.892)
Diferenças de câmbio favoráveis	8.278.672	2.946.642
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(5.088.253)	(393.657)
	<hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>	<hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>
	(2.981.807)	22.491.446

- e) A rubrica "Ganhos em filiais e associadas, líquidos" da DRF inclui as seguintes naturezas de proveitos e custos registadas na DRN em resultados financeiros e em resultados extraordinários:

Ganhos em empresas do grupo e associadas (Nota 45.d)) (i)	249.644.259
Perdas em empresas do grupo (Nota 45.b))	(30.878.615)
Amortização de trespasses (" <i>goodwill</i> ") (Nota 45)	(16.061.879)
Outros	2.331.273
	<hr/> <hr/> <hr/> <hr/>
	205.035.038

(i) Esta rubrica distingue-se dos ganhos em empresas do grupo e associadas apresentadas na DRN uma vez que não inclui os ganhos resultantes da consolidação fiscal (7.286.712 Euros), que são registados na rubrica de " Impostos sobre os resultados correntes".

f) A rubrica "Impostos sobre os resultados correntes" tem a seguinte composição:

Imposto sobre o rendimento do exercício na DRN	320.758.879
Ganho resultante da consolidação fiscal (Notas 6 e 45.d))	7.286.712
Insuficiência de estimativa de IRC de 2005 (Nota 46)	(122.843.853)
Provisão para impostos (Nota 34)	(1.360.059)
Outros	(5.729)
	<u><u>203.835.950</u></u>

55. Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi elaborada tendo em consideração o disposto na Directriz Contabilística nº14, havendo os seguintes aspectos a salientar:

a) Recebimentos provenientes de investimentos financeiros

Esta rubrica inclui o reembolso de empréstimos concedidos e apresenta a seguinte composição:

Suprimentos (Nota 10.b)):

PT Prime	10.000.000
PT Brasil	6.776.687
PT Ventures	4.659.334
	<u><u>21.436.021</u></u>

Empréstimos intra-grupo de curto prazo:

PT Comunicações	82.000.000
PT Compras	10.760.000
PT SI	7.000.000
PT Ventures	4.979.123
PT Móveis	2.378.956
	<u><u>107.118.079</u></u>

Recebimentos de Investimentos Financeiros (Redução de Capital):

PT Brasil (i)	115.512.825
	<u><u>244.066.925</u></u>

(i) Inclui o montante de 50.835.255 Euros referente à redução de capital efectuada em 2006 (Nota 10.b)), sendo o remanescente referente à idêntica operação efectuada em 2005.

b) Recebimentos provenientes de dividendos

Esta rubrica corresponde aos dividendos e distribuição de reservas recebidos das seguintes empresas:

PT Comunicações (Nota 10.b))	245.009.785
TMN (Nota 10.b))	109.903.167
PT Multimédia (Nota 10.b))	49.667.668
PT Prime (Nota 10.b))	22.090.542
Páginas Amarelas (Nota 10.b))	2.274.570
BES (Nota 45)	1.344.000
Previsão (Nota 10.b))	98.486
Taguspark (Nota 45)	13.000
	<u><u>430.401.218</u></u>

c) Recebimentos provenientes de outras actividades de investimento

Em 30 de Junho de 2006 esta rubrica inclui o montante de 27.384.485 Euros referentes ao cancelamento de *Equity Swaps* sobre acções da PT Multimédia e o montante de 8.408.150 Euros de dividendos das mesmas (Nota 45.f)).

d) Pagamentos respeitantes a investimentos financeiros

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Suprimentos concedidos:

PT SI (Nota 10.b))	<u>7.000.000</u>
--------------------	------------------

Prestações acessórias concedidas:

PT Compras (Nota 10.b))	15.500.000
PT II (Nota 10.b))	7.000.000
	<u>22.500.000</u>

Aquisição de participações e aumentos de capital (Nota 10.b)):

BES	19.320.000
Iris Capital	810.000
PT Rede Fixa	50.000
PT Portugal	50.000
PT Centro Corporativo	50.000
	<u>20.280.000</u>

Empréstimos intragrupo de curto prazo concedidos :

PT Comunicações	320.000.000
PT Compras	2.600.000
	<u>322.600.000</u>

Empréstimos intragrupo concedidos - tesouraria centralizada (Nota 16):

PT Comunicações	47.887.025
PT Prime	47.044.722
PT Multimédia	31.709.980
PT SI	10.490.568
PT Contact	3.854.672
PT WI-FI	2.834.050
PT Meios	1.511.098
PT Ventures	1.496.433
PT Corporate	618.141
Directel	250.986
	<u>147.697.675</u>
	<u>520.077.675</u>

e) Pagamentos respeitantes a outras actividades de investimento

Em 30 de Junho de 2006 esta rubrica inclui, essencialmente, o montante de 6.418.036 Euros, referente ao pagamento aos antigos accionistas da Web-Lab.

f) Recebimentos provenientes de empréstimos obtidos

Esta rubrica inclui os fundos obtidos com empréstimos contratados a 30 de Junho de 2006 apresenta a seguinte composição:

Empréstimos externos:

Emissão de Papel Comercial	<u>9.442.602.433</u>
----------------------------	----------------------

Empréstimos intra-grupo de curto prazo:

TMN	72.500.000
PT Comunicações	23.000.000
Simarc	10.311.756
PT.com	14.240.759
PT Multimédia	<u>10.000.000</u>
	<u>130.052.515</u>

Empréstimos intra-grupo - tesouraria centralizada:

TMN	225.456.508
PT.com	50.729.306
PT PRO	16.810.099
PT Móveis	3.738.157
PT II	3.646.682
PT Inovação	3.530.821
PT Compras	1.467.900
PT Prime Tradecom	1.393.410
PT Prestações	131.446
Telemática	<u>29.135</u>
	<u>306.933.464</u>
	<u>9.879.588.412</u>

g) Pagamentos respeitantes a empréstimos obtidos

Esta rubrica inclui o reembolso de empréstimos obtidos e a 30 de Junho de 2006 apresenta a seguinte composição:

Empréstimos externos:

Papel comercial de curto prazo	10.098.173.576
Empréstimos bancários	<u>32.203.380</u>
	<u>10.130.376.956</u>

Empréstimos intra-grupo:

TMN	238.000.000
PT.com	69.240.758
PT Multimédia	45.000.000
PT Comunicações	23.000.000
Simarc	10.176.054
PT Prime	<u>10.000.000</u>
	<u>395.416.812</u>
	<u>10.525.793.768</u>

h) Componentes de caixa e seus equivalentes

Em 30 de Junho de 2006 e 2005 e 31 de Dezembro de 2005, a composição dos saldos de caixa e seus equivalentes era como segue:

	30 de Junho		31 de Dezembro
	2006	2005	2005
Caixa e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	13.615.189	2.153.607	98.532.496
Outros títulos negociáveis	435.585.765	723.787.290	420.057.134
Outras aplicações financeiras	112.070.357	778.965.382	1.073.113.162
	561.271.311	1.504.906.279	1.591.702.792

56. Eventos Subsequentes

Em 3 de Agosto de 2006, o Conselho de Administração da PT anunciou a sua intenção de aumentar a proposta de remuneração accionista, anunciada em 6 de Março de 2006, para o período 2006-2008, de 3 mil milhões de euros para 3,5 mil milhões de euros (incluindo o dividendo pago em Maio de 2006). A proposta de remuneração accionista deverá consistir num retorno extraordinário em dinheiro de 1,9 mil milhões de euros, ou 1,75 euros por acção, nos próximos 12 meses e no compromisso de continuar a executar uma política de dividendos progressiva, em acréscimo à distribuição de acções da PT Multimédia (ver ponto sobre o spin-off da PT Multimédia em baixo). A implementação desta proposta está sujeita à aprovação pelos accionistas numa Assembleia Geral Extraordinária a convocar para o efeito, e a sua efectivação ficará condicionada à não concretização da oferta pública de aquisição anunciada pela Sonaecom.

Em 3 de Agosto de 2006, o Conselho de Administração da PT anunciou a sua intenção de efectuar o spin-off da sua participação de 58,43% na PT Multimédia. Nesta transacção, cada accionista da PT deverá receber 4 acções da PT Multimédia por cada 25 acções detidas da PT o que, tendo por referência o preço de fecho de 2 de Agosto de 2006 da PT Multimédia, será equivalente a 1,47 euros por acção da PT. A implementação desta proposta está sujeita à aprovação pelos accionistas numa Assembleia Geral Extraordinária a convocar para o efeito, e a sua efectivação ficará condicionada à não concretização da oferta pública de aquisição anunciada pela Sonaecom.

Em 3 de Agosto de 2006, o rating da Portugal Telecom atribuído pela Standard & Poor's e pela Moody's foi reduzido, respectivamente, para BBB- e Baa2 (Nota 48).

Em 11 de Setembro de 2006, em conformidade com a decisão da Assembleia Geral de 21 de Abril de 2006, a Portugal Telecom concluiu a redução de capital de 1.467.513.450 euros para 395.099.775 euros, tendo o montante desta redução sido transferido para a rubrica de "Outras reservas". O detalhe dos capitais próprios em 30 de Junho de 2006, ajustados por esta operação, seria como segue:

Capital	395.099.775
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	863.260.898
Reservas:	
Reserva legal	82.706.881
Outras reservas	1.078.257.319
Resultados transitados	<u>163.644.982</u>
	2.582.969.855
Resultado líquido do semestre	<u>347.576.794</u>
Total do capital próprio	<u>2.930.546.649</u>

Participações qualificadas

Nos termos da alínea e) do nº1 do artigo 8º do Regulamento nº 4/2004 da CMVM, presta-se a seguinte informação quanto às participações qualificadas detidas por terceiros no capital social da PT, que haviam sido comunicadas à sociedade até à data do presente relatório:

- A Telefónica, S.A. detém directamente um total de 99.150.076 acções da PT, representando 8,78% do capital social e dos direitos de voto da PT. Adicionalmente, a Telesp S.A. (Fixa) e a Aliança Atlântica Holding B.V. (empresas que se encontram em relação de domínio ou de grupo com a Telefónica) detêm, respectivamente, um total de 7.994.250 e 5.329.500 acções da PT, equivalentes a 0,71% e 0,47% do capital social e dos direitos de voto da PT. Em termos globais, a participação da Telefónica na PT ascende a 9,96% do capital social e dos direitos de votos.
- O Grupo Banco Espírito Santo ("BES") detém directa e indirectamente 8,08% do capital social e dos direitos de voto da PT. No quadro seguinte apresenta-se a participação do BES calculada nos termos do nº1 do artigo 20º do CVM:

Entidades	Nº Acções
Banco Espírito Santo, S.A.	37.874.735
Membros dos órgãos de administração e fiscalização do BES	66.742
Empresas que se encontram em relação de domínio ou de grupo com o BES	26.036.035
Acções detidas por titulares do direito de voto que celebraram com o BES acordo para o seu exercício	19.420.829
Acções que o BES pode adquirir em virtude de acordo celebrado com os respectivos titulares	3.520.198
Acções dadas em garantia ao BES ou por este administradas ou depositadas junto desta instituição	4.300.000
Total	91.218.775

- A Brandes Investments Partners, I.P. detém indirectamente através dos seus clientes um total de 86.529.121 acções da PT, equivalente a 7,67% do capital social e dos direitos de voto da PT.
- O Grupo Caixa Geral de Depósitos ("CGD") detém directa e indirectamente 5,25% do capital social e dos direitos de voto da PT. No quadro seguinte apresenta-se a participação da CGD calculada nos termos do nº1 do artigo 20º do CVM:

Entidades	Nº Acções
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	52.591.079
Companhia de Seguros Fidelidade - Mundial, S.A.	6.524.739
Caixa - Banco de Investimento, S.A.	150.000
Império Bonança- Companhia de Seguros, S.A.	9.610
Total	59.275.428

- A Telefones de México, S.A. de C.V. (Telmex) detém directa e indirectamente, nos termos do nº1 do artigo 20º do CVM, um total de 38.460.000 acções da PT, correspondente a 3,41% do capital social e dos direitos de voto da PT.
- A Paulson & Co. Inc. detém directa e indirectamente, nos termos do nº1 do artigo 20º do CVM, um total de 26.385.303 acções da PT, correspondente a 2,34% do capital social e dos direitos de voto da PT.

-
- O Grupo Fidelity detém, através da FMR Corp. e da Fidelity International Limited, um total de 23.592.185 acções da PT, equivalente a 2,09% do capital social e dos direitos de voto da PT.
 - A Fundação José Berardo detém directa e indirectamente, nos termos do nº1 do artigo 20º do CVM, um total de 23.357.466 acções da PT, correspondente a 2,07% do capital social e dos direitos de voto da PT.
 - A Ongoing Strategy Investments, SGPS, S.A. detém um total de 22.600.000 acções da PT, correspondente a 2,00% do capital social e dos direitos de voto da PT.

Participações nos termos do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais

Nos termos e para os efeitos do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, presta-se a seguinte informação quanto às participações financeiras detidas pelos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da PT, em 30 de Junho de 2006:

Conselho de Administração

- Henrique Granadeiro, Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, é titular de 150 acções da PT;
- Zeinal Bava, Administrador, é titular de 63.161 acções da PT e de 89.196 acções da PT Multimédia. O cônjuge é titular de 75 acções da PT;
- Rodrigo Costa, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo;
- Luís Pacheco de Melo, Administrador, é titular de 45 acções da PT;
- João Pedro Baptista, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo;
- António Caria, Administrador, é titular de 486 acções da PT e de 658 acções da PT Multimédia;
- Rui Pedro Soares, Administrador, é titular de 50 acções da PT;
- António Viana Baptista, Administrador, é titular de 9.008 acções da PT e de 1.590 acções da PT Multimédia. O cônjuge é titular de 1.817 acções da PT e de 80 acções da PT Multimédia;
- Fernando Soares Carneiro, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo;
- Luís de Azevedo Coutinho, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo;

-
- João Mello Franco, Administrador, e cônjuge são titulares de 13.308 acções da PT;
 - Joaquim Goes, Administrador, é titular de 2.437 acções da PT e de 150 acções da PT Multimédia;
 - Fernando Abril-Martorell, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo;
 - Gerald McGowan, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo;
 - Amílcar de Moraes Pires, Administrador, é titular de 2.146 acções da PT;
 - Francisco Pereira Soares, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo;
 - Jorge Tomé, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo;
 - Armando Vara, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo;
 - Thomaz Paes de Vasconcellos, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.
 - Nuno de Almeida e Vasconcellos, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.
 - Franquelim Alves, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo. Apresentam-se de seguida as transacções efectuadas (C: Compra em bolsa; V: Venda em bolsa) pela Cinveste, SGPS, S.A., na qual Franquelim Alves exerce um cargo na administração, detendo esta sociedade à data de 30 de Junho de 2006 um total de 18.802.401: acções da PT:

Cinveste, SGPS, S.A. Transacções - Acções da PT			
Data da transacção	Natureza da transacção	Quantidade transaccionada	Preço da transacção (euros)
08-Feb-06	V	500.000	9,83
20-Mar-06	V	100.000	10,10
21-Mar-06	V	100.000	10,12
22-Mar-06	V	51.859	10,15
29-Mar-06	V	350.000	10,12
31-Mar-06	V	100.000	10,02
03-Abr-06	V	200.000	10,10
04-Abr-06	V	178.141	10,17
11-Abr-06	V	100.000	10,13
09-Mai-06	V	200.000	9,91
10-Mai-06	V	200.000	9,95
12-Mai-06	V	1.000.000	9,90
16-Mai-06	V	17.175	9,45
18-Mai-06	V	858.995	9,40
19-Mai-06	V	500.000	9,40
25-Mai-06	V	500.000	9,26
26-Mai-06	V	290.518	9,30
01-Jun-06	V	52.070	9,30

Cinveste, SGPS, S.A. Transacções - Acções da PT			
Data da transacção	Natureza da transacção	Quantidade transaccionada	Preço da transacção (euros)
02-Jun-06	V	500.000	9,62
05-Jun-06	V	287.444	9,62
06-Jun-06	V	355.000	9,61
07-Jun-06	V	600.000	9,63
08-Jun-06	V	140.480	9,65
12-Jun-06	V	225.020	9,60
13-Jun-06	V	18.000	9,50
15-Jun-06	V	200.000	9,40
16-Jun-06	V	92.732	9,40
22-Jun-06	V	700.000	9,47
23-Jun-06	V	500.000	9,51
23-Jun-06	V	300.000	9,52
23-Jun-06	V	250.000	9,51
27-Jun-06	V	500.000	9,50
27-Jun-06	V	90.165	9,51
29-Jun-06	V	30.000	9,41
30-Jun-06	V	190.000	9,44

Conselho Fiscal

- Pedro Matos Silva, presidente do Conselho Fiscal, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo;
- Gonçalo Vaz Botelho, vogal do Conselho Fiscal, é titular de 247 acções da PT. O cônjuge é titular de 247 acções da PT;
- Mário Gomes, Revisor Oficial de Contas, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo;
- José Vieira dos Reis, vogal suplente do Conselho Fiscal, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo, sendo o cônjuge titular de 80 acções da PT.



Certificação legal das contas

Ascenção, Gomes, Cruz & Associado - S.r.o.c.

Sociedade de revisores oficiais de contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras individuais da **PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.** para o primeiro semestre de 2006, as quais compreendem o Balanço em 30 de Junho de 2006 (que evidencia um total de balanço de 6.251.894.957 Euros e um total do capital próprio de 2.930.546.649 Euros, incluindo um resultado líquido do semestre de 347.576.794 Euros), as Demonstrações de Resultados por Naturezas e por Funções e dos Fluxos de Caixa do semestre findo naquela data, e o correspondente Anexo. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e adequada a posição financeira da Empresa e os resultados das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditória da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável de que as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu (a) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação, (b) a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, (c) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade, e (d) a apreciação da adequação, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras.

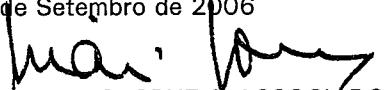
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam de forma verdadeira e adequada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.** em 30 de Junho de 2006, e o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no semestre findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Lisboa, 14 de Setembro de 2006


ASCENÇÃO, GOMES, CRUZ & ASSOCIADO - S.R.O.C.,
representada por Mário João de Matos Gomes, R.O.C.



Relatório dos auditores

RELATÓRIO DE AUDITORIA ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE INFORMAÇÃO SEMESTRAL INDIVIDUAL

Introdução

1. Nos termos do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras anexas do semestre findo em 30 de Junho de 2006 da Portugal Telecom, SGPS, S.A. (“Empresa” ou “Portugal Telecom”), as quais compreendem o balanço em 30 de Junho de 2006, que evidencia um total de 6.251.894.957 Euros e capitais próprios de 2.930.546.649 Euros, incluindo um resultado líquido de 347.576.794 Euros, as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração dos fluxos de caixa do semestre findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

B/

A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, bem como às suas respectivas representadas e afiliadas. Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em, aproximadamente, 150 países. Como Swiss Verein (associação), nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membro assumem qualquer responsabilidade isolada ou solidária pelos actos ou omissões de qualquer das outras sociedades membro. Cada uma das sociedades membro é uma entidade legal e separada que opera sob a marca “Deloitte”, “Deloitte & Touche”, “Deloitte Touche Tohmatsu” ou outros nomes relacionados.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1, apresentam de forma verdadeira e apropriada, para os efeitos descritos no parágrafo 6, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Portugal Telecom, SGPS, S.A. em 30 de Junho de 2006, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no semestre findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfase

6. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1, referem-se à actividade da Empresa a nível individual e foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para publicação nos termos da legislação em vigor. Conforme indicado na Nota 3 do Anexo, os investimentos financeiros em empresas filiais e associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial. A Empresa preparou, nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia, para publicação em separado.

Lisboa, 14 de Setembro de 2006


DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Manuel Maria Reis Boto